

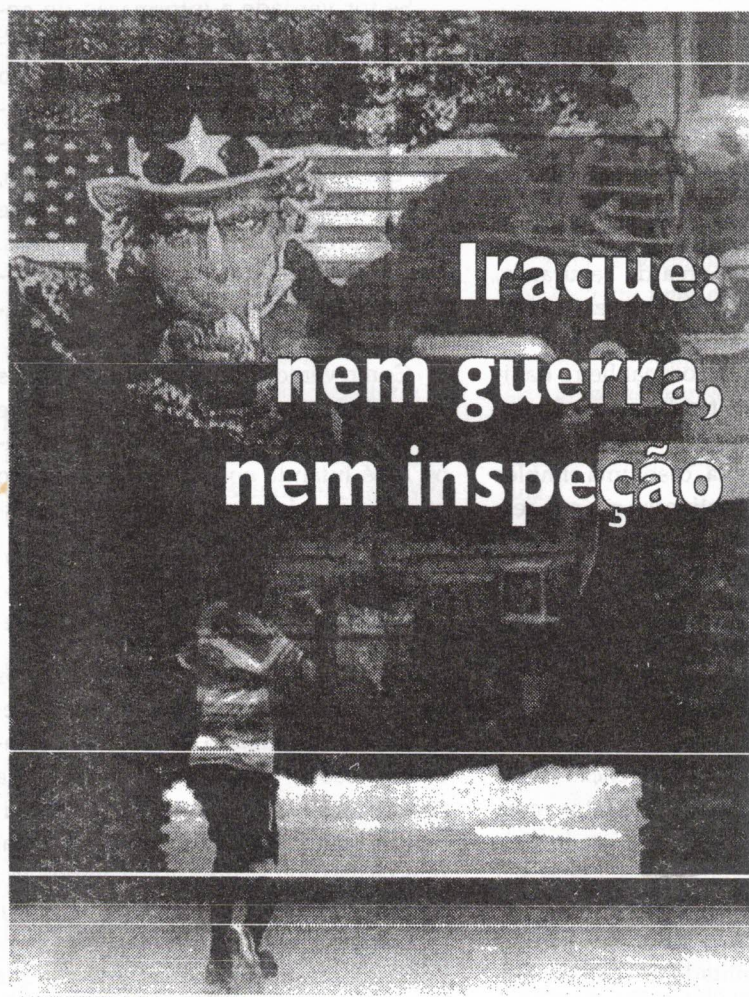


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 248 - DE 23 DE OUTUBRO A 04 DE NOVEMBRO DE 2002- R\$ 1,00

## **Eleições: O PT venceu o 1º turno sob a tutela capitalista. O que será o governo Lula**



**Iraque:  
nem guerra,  
nem inspeção**

## **A greve geral na Itália**



**85 anos da  
revolução russa**

# Quinzena de Luta do movimento operário

## Como anda nossa campanha salarial?

Pelo visto, a direção de nosso sindicato enterrará nossa campanha. Quanto às montadoras, o sindicato ficará preso aos acordos malditos.

Na Volks, perdemos 15% de nossos salários, o que foi uma paulada. As perdas inflacionárias não serão de fato totalmente repostas. Já se admite que a inflação poderá chegar a mais de 10%. O INPC chegou a 9,16% de setembro de 2001 a agosto de 2002. Nesse mesmo período, o IGP atingiu 11,77%.

Para se saber a verdade da inflação e de nossa perda salarial, basta ver os preços da comida, medicamentos, gás e tarifas públicas. Nosso salário caiu ou não caiu enormemente diante de nossas necessidades? Não é preciso fazer cálculos para responder.

Mas há outros problemas tão importantes quanto aos salários. Ou seja, o desemprego crescente, a terceirização, os contratos temporários e os salários diferenciados. Tudo isso deve fazer parte da campanha salarial. Mas o que vemos é a direção do sindicato passar em brancas nuvens. Estamos com os braços e as pernas amarrados pelos acordos.

Os companheiros devem notar que já não temos campanha unificada de todos os metalúrgicos. Os metalúrgicos das autopeças ficam de um lado e nós de outro. Como se não fossemos todos operários e todos explorados até a última gota de suor. É como se as demissões e o desemprego não atingissem os metalúrgicos como um todo.

Não dá para ficar calado diante dessa política divisionista e que acabou com as campanhas salariais.

## É preciso defender assembléia unificada de todos os metalúrgicos

A forma de modificar essa situação tão prejudicial para nós é defender a convocação pelo sindicato da assembléia geral de todos os metalúrgicos. É bom fazer assembléias por fábrica, mas não se pode parar por aí. As assembléias de fábrica devem servir de preparação e organização para assembléia geral de todos os metalúrgicos.

E para que serve a assembléia geral?

Para que todos os problemas sejam tratados e votados democraticamente pelo conjunto dos metalúrgicos. Essa unidade operária se contrapõe ao corporativismo da política da direção sindical. O corporativismo separa os metalúrgicos por fábrica, faz acordos em separado, quebra as reivindicações comuns e, com isso, mantém o poder de exploração patronal.

Muito se fala em negociação. No entanto, se nós vamos para a mesa de negociação totalmente divididos, sem a força da assembléia geral e amarrados pelo corporativismo, estamos lascados diante da unidade dos patrões.

Contra isso, defendemos:

- 1) **Campanha salarial unida de todos os metalúrgicos;**
- 2) **Reivindicações comuns, aprovadas na assembléia geral de todos os metalúrgicos;**
- 3) **Organização da luta unitária para enfrentar a unidade dos patrões;**

É preciso defender nossos salários, empregos e os direitos trabalhistas

## Não vamos nos calar frente aos acidentes de trabalho

A política de redução de custo da Volks, que atinge a área de segurança, fez mais uma vítima. Como sempre sobrou para o trabalhador.

Dessa vez foi um companheiro da linha de montagem final da Kombi, na Ala XIV. Ele sofreu uma queda que poderia ter sido evitada, caso uma simples grade de proteção estivesse em seu respectivo lugar. Essa grade foi retirada para o trabalho de manutenção da linha e não foi recolocada. Com certeza, se o número de pessoal da manutenção fosse o suficiente (o que aconteceria com a efetivação dos estagiários do Senai e novas contratações), e se o trabalho dos cipeiros fosse de verdadeira prevenção (e não o de abaixar a poeira após os fatos acontecerem), se isto ocorresse a grade teria sido colocada a tempo de evitar o acidente.

Companheiros, a falta de pessoal tem-nos impossibilitado de ir ao banheiro, tomar café ou cuidar de quaisquer

compromissos. Infelizmente se dependermos da Volks ou dessa comissão, estaremos perdidos. A culpa dos acidentes acaba sendo nossa. Lutar pela nossa vida é lutar pelas condições de trabalho, emprego e salário. Não podemos abaixar a cabeça.

A nossa denúncia já é um começo de luta. Vamos exigir que o sindicato tome energias providências contra as más condições de trabalho, os acidentes e defenda mais emprego.

## Acidentes de trabalho

Dados sobre Morte por acidente de trabalho

1) De acordo com informações estatísticas governamentais, em 1999, os acidentes tiraram a vida de 3.896 trabalhadores. Em 2000, 3.094 e, em 2001, 2.257.

2) São milhares e milhares de acidentes de trabalho anualmente.

Se for verdade a informação do governo que tem tido uma redução dos acidentes fatais, mesmo assim é grande o número de mortes. A maioria desses acidentes tem como causa as longas jornadas que estão submetidos os operários, às condições de trabalho e os cortes de gastos promovidos pelos capitalistas. Ao reduzirem os gastos, demitindo e aumentando a superexploração do trabalho, os patrões provocam os acidentes.

Como vemos, os chamados acidentes na verdade são conseqüências do regime de exploração imposto pelo empresariado. É só lutando contra essa exploração que nós operários enfrentaremos a destruição de muitas vidas.

## Temporários, demitiu parou

O contrato dos 170 companheiros temporários, que a Volks ameaçou demitir, foi prorrogado até 20 de dezembro. Isso aconteceu porque a coordenação e a comissão de fábrica deixaram bem claro para a multinacional que, se não voltasse atrás nas demissões, haveria a greve. Ou seja, demitiu parou.

Sabemos que até hoje todos os temporários foram efetivados. Até porque se aceitarmos as demissões desses com-

panheiros, estaremos abrindo uma brecha para a empresa fazer a rotatividade. Isto é, demite os efetivos e contrata por 6 meses os temporários

Até o dia 20 de dezembro, a comissão e operários devem fazer um trabalho constante de mobilização para conscientizar da necessidade de lutar pela efeti-

vação destes companheiros, que como nós precisamos do emprego e do salário para manter nossas famílias.

Não podemos aceitar a idéia de que o contrato temporário é lei. E que por isso não se pode fazer nada. Sabemos que as leis são para beneficiar os patrões. O caminho é a luta para efetivar os temporá-

rios e pôr fim aos contratos por tempo determinado. Como geralmente em dezembro existe férias coletivas, a coordenação tem de dizer para os patrões da Volks que se mandar carta de demissão aos temporários, após o dia 20, em janeiro, vai ter greve.

## Eleições:

# É preciso dizer que o governo do PT/Lula será de traição às esperanças dos trabalhadores

1. As massas oprimidas foram arrastadas por detrás das quatro candidaturas. Houve uma queda nas abstenções, votos nulos e brancos, em relação às eleições passadas. Milhões foram gastos em propaganda. Os capitalistas abriram seus cofres a todos os quatro partidos, mas investiram mais resolutamente nas candidaturas Lula e Serra, por onde passou a disputa. Os sindicatos tiveram atuação considerável, tanto os da CUT quanto os da Força Sindical. O riquíssimo aparato das Igrejas foram acionados. E seus empresários foram convocados a injetarem grandes somas à campanha de seus candidatos. A declaração oficial dos gastos fica muito aquém do que de fato se despendeu. Tudo indica que na história eleitoral do País nunca se teve uma campanha tão milionária.

2. Esse volume de recurso permitiu acionar um gigantesco esquema de publicidade. Da televisão aos postes, pontes, muros, até a distribuição de santinho, chegavam os apelos diários as massas oprimidas. Os comícios foram fartos. Prefeituras, igrejas, sindicatos, sociedades amigo de bairro, organizações estudantis concentraram esforços para levarem os populares às ruas e assistirem aos comícios e fazerem caminhadas. Reuniões dos candidatos com organizações empresariais foram montadas para propagarem a imagem dos concorrentes e mostrarem os apoios. Os artistas, gran-

des nomes das novelas, música, teatro, cinema, ganharam ricos contratos. Assim, os candidatos dos exploradores entraram no mais miserável dos lares, caçando votos.

3. A maioria oprimida, que havia nas eleições de 1998 dado vitória a FHC contra Lula, mostrou descontentamento com o governo. As reformas econômicas atacaram fundo suas condições de vida: destruição da previdência, flexibilização do trabalho, arrocho sobre o funcionalismo, rebaixamento da média salarial, ataque à educação, saúde etc. Favoreceram os banqueiros, especuladores e grande capital industrial. No trajeto do governo FHC, o PT ora votou com o governo ora contra, seguindo sua diretriz de "oposição propositiva". Jogou um papel de oposição consentida e de estabilização governamental. Limitou a ação da CUT e de seus sindicatos a protestos contra esse ou aquele ponto das reformas, sem se contrapor à sua totalidade e sem colocar-se em confronto ao governo antinacional e antipopular. No entanto, o PT conservou perante as massas a imagem de opositor responsável. Não se responsabilizou pelo governo FHC e também não o combateu como instrumento da burguesia e do imperialismo. Sua convivência foi obscurecida perante os explorados. Pôde assim comparecer nas eleições como a oposição que tentou ser governo três vezes e que agora estava

pronta para governar, tendo por base a malsucedida política econômica de FHC e a experiência vivida pelos trabalhadores. As candidaturas "oposicionistas" de Ciro e Garotinho não tiveram como empolgar as massas, uma vez que não tinham traços de identidade popular. Ao contrário, Lula e o PT contam com um lastro popular. Fator importante para o oposicionismo burguês na situação de crise econômica e social. A bandeira de que é hora de mudança foi levantada por toda oposição e todos fizeram promessas grandiosas de solução da miséria, com planos e medidas de emprego, salário, assistência social. O candidato do governo José Serra procurou se desvincular do governo sem abandoná-lo, procurando não ser seu defensor e nem seu opositor. Mas não deixou de seguir a oposição com as fantásticas propostas de mudança social. Houve uma confluência enorme dos quatro candidatos em torno do objetivo de arrastar as massas para os currais eleitorais usando de apelos ao emprego, combate à miséria, à violência, à grande desigualdade e assim por diante.

4. Quem comanda as eleições é a classe burguesa. O Estado e seus partidos refletem, em última instância, as determinações do poder econômico. Atuam sobre as massas para que pensem para esse ou aquele candidato e coligação partidária. Diferentemente das

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.  
Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

eleições presidenciais de 1994 e 1998, a burguesia compareceu mais dividida. A coalizão PSDB, PFL e PMDB se esfacelou. A luta interna e entre esses partidos se acirrou na fase de lançamento das candidaturas, a ponto da denúncia de corrupção servir de arma para liquidar algumas delas, tanto em nível nacional como local. A destruição da candidatura de Roseana Sarney teve um efeito inesperado para o PFL, que de carro chefe do processo eleitoral caiu para apoiador, dividindo-se entre as várias coligações. A disputa no interior da coligação para definir o sucessor de FHC expôs a fratura de interesse oligárquico entre os três maiores partidos da burguesia.

5. O PT compareceu como parte dessa divisão interburguesa. Passou a contar com apoio de uma parcela da burguesia. Atuou decididamente para atrair um setor desgarrado da antiga coligação de sustentação de FHC. Não colocou nenhum limite à aproximação, de forma que passou a contar com apoio de chefes da oligarquia, como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, e de chefes partidários típicos da política local, como os conhecidos corruptos Orestes Quércia e Paulo Salim Maluf. A diretriz do PT de aproveitar a divisão interburguesa para se credenciar junto aos capitalistas o conduziu à coligação com o PL, colocando como candidato a vice o senador e poderoso empresário José Alencar. Por essa via, o PT teve acesso ao poder econômico, sem o qual não poderia estar prestes a ganhar no segundo turno. O candidato do governo, que esteve em terceiro lugar, só ganhou projeção porque a máquina do Estado foi colocada quase por inteiro a seu favor. Os capitalistas mais poderosos e o capital imperialista investiram em Serra. Mas Lula estava com o apoio crescente das massas, tinha majoritariamente a máquina sindical e havia conseguido uma sólida escora na fração capitalista prejudicada pela diretriz desbragadamente pró-imperialista de FHC.

6. A divisão interburguesa, a presença de três candidaturas de oposição, o desesperado esforço do governo para levantar a sua candidatura e o crescente ascenso da candidatura petista provocaram uma mobilização eleitoral das maiores de nossa história. Fizeram vir à tona todas as forças subterrâneas que arrastam as massas à se decidirem pelas can-

didaturas. Tudo quanto é instituição - como estado, corporações patronais, sindicatos, associações, movimentos, igreja, imprensa - entrou na disputa. Em qualquer eleições, esse aparato se movimenta a serviço de interesses próprios e de interesses gerais da classe capitalista. Isso porque as eleições é o momento de se formar um novo governo que tem a função primordial de assegurar o funcionamento do regime capitalista e que poderá favorecer mais ou menos os aparatos. Desse fenômeno, o que mais se destacou foi a presença das várias igrejas. Evidenciou-se o quanto elas estão entre as forças determinantes para a formação de um governo e, portanto, um gigantesco aparato eleitoral.

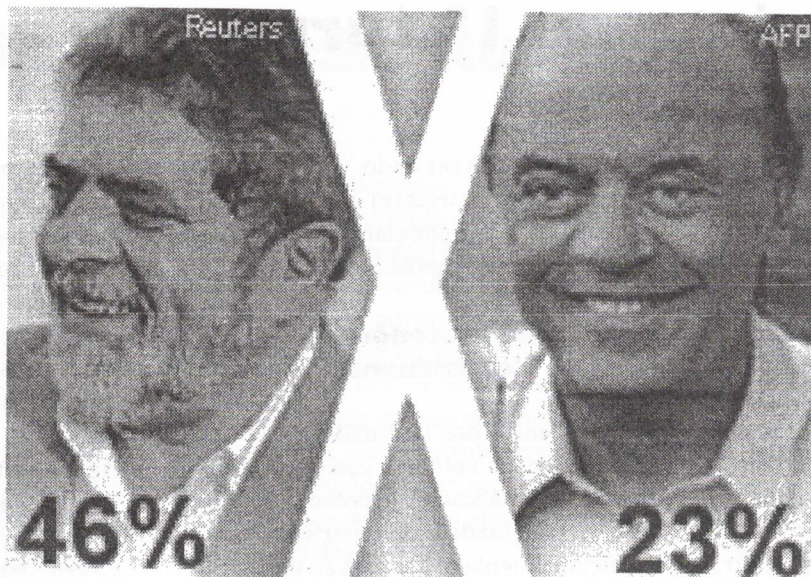
7. Nas duas últimas eleições, as igrejas evangélicas atuaram contra o perigo comunista representado pela candidatura Lula, caracterizado como criatura de Satanás. Nesta, tudo mudou. A maior parte da burocracia (pastores) evangélica se deslocou para o lulismo. Na verdade, a coligação partidária com o PL, partido esse comandado pela Igreja Universal, estabeleceu elos de interesse com os evangélicos, empenhados em ganhar força política no interior do Estado. O PT e Lula tinham de deixar de ser instrumentos de uma fração da Igreja católica e alargar a comunhão de interesse com a Igreja evangélica. A clara definição do PT como partido da ordem capitalista, que passou a combater a invasão de terras, a condenar greves e a defender o pacto social, foi necessária para as lideranças evangélicas transformarem o diabo Lula em um ser purificado. Parte da Igreja católica que ajudou a criar o caudilho Lula e o PT se viu no mesmo campo eleitoral de parte dos evangélicos que sempre o combateu. Mas o fundamental a observar é o fato de como as igrejas funcionam como partidos políticos, informais partidos políticos. As igrejas são um gigantesco aparelho de arrebanhamento das massas oprimidas. Cumprem uma função de organização e controle de suas consciências que nenhum partido burguês pode cumprir. As massas oprimidas dispersas são arregimentadas diariamente e agrupadas por detrás dos dogmas de fé, que na sua aparência são colocados acima dos interesses econômicos e da política. Entretanto, revelam-se como uma força extraordinária de sustentação do capitalismo, de submissão

dos oprimidos à classe capitalista e de conservação da ideologia dominante da burguesia. As igrejas têm muito dinheiro e propriedades. Controlam uma potente rede de comunicação e de ensino. Participam da distribuição do orçamento do Estado por intermédio de instituições e movimentos assistenciais. Assim, constituem-se parte do Estado, entrelaçam-se com as relações econômicas baseadas na exploração do trabalho e expressam a política de defesa do capitalismo. A ostensiva e aberta interferência das igrejas nestas eleições e a necessidade do PT em contar com seus apoio se deram sob a acirrada disputa interburguesa. As massas, em grande parte, tem seus votos condicionados pela orientação dada pelos aparatos religiosos.

8. No momento em que ficou evidente a tendência eleitoral favorável ao PT, cresceu a pressão do capital internacional e dos banqueiros nacionais para que Lula selasse um compromisso de manutenção dos contratos e das medidas fundamentais do Plano Real. Teve de assegurar que a monumental dívida pública de mais de 70% do PIB e a sangria do tesouro pelo pagamento de juros estariam garantidos no novo governo. Tal exigência foi colocada a todos os presidentiáveis. Com esta ou aquela crítica típica de disputa pelo voto, todos admitiram o ultimato do imperialismo e dos credores internos, de forma que o programa das candidaturas se tornou comum. Mas as pressões se dirigiram ao PT, virtual vencedor. O Partido foi cobrado quanto a posições de seu 2 Congresso que previam uma ruptura com a política econômica neoliberal e, particularmente, se referia ao fim da especulação financeira. Lula se viu obrigado a formalizar a revisão do 2 Congresso em um documento denominado "Carta ao povo brasileiro". O capital internacional nem por isso deixou de trabalhar pela derrocada da candidatura petista. Conjugado com FHC/Serra, lançou a campanha sobre os perigos da instabilidade financeira que traria um governo petista. Apoiado na falência real do Estado, já incapaz de manter a crescente dívida interna e externa nas condições de estagnação e crise mundial, os credores e especuladores romperam a artificial "estabilidade" da moeda. As ameaças de quebra, que colocavam o Brasil na rota da Argentina, ajudaram os especulado-

res a ganharem muito, revelaram a situação de verdadeira falência do País e serviram para encerrar o PT quanto a um posicionamento de sustentação dos interesses do capital financeiro. O imperialismo atuou poderosamente no processo eleitoral. Colocou limites aos programas de governo. Todos teriam de continuar supervisionados pelo FMI. A interferência dos credores chegou ao ponto de se colocar um novo empréstimo de 30 bilhões de dólares e novas condições de superávit primário, elevado de 3,5% para 3,75% do PIB. Todos candidatos foram convocados a uma audiência com FHC para se comprometerem com tais condições e com o continuísmo pró-imperialista. Ficou claro que nenhuma das coligações em disputa poderia ter um programa de governo próprio. Toda propaganda de mudança e promessa de reformas sociais não passou de palavreado para arregimentar os explorados às urnas.

9. A "Carta ao povo brasileiro", de 22 de junho, faz apologia da mudança, critica o "modelo" econômico vigente, reconhece a limitação da soberania, reclama da estagnação econômica e falta de "justiça social". Refere-se a "um projeto nacional alternativo" de crescimento, geração de emprego, resgate da soberania, redução da vulnerabilidade externa etc. Menciona uma reforma agrária para "paz no campo", reformas da previdência, trabalhista e um "programa contra a fome". Tudo muito genérico e crispado de crítica à utilização da "crise de confiança na situação econômica do país" pelo governo para enfraquecer a candidatura do PT. Mas o objetivo essencial do documento foi o de expor publicamente o compromisso do PT com o continuísmo da política econômica voltada aos interesses dos credores. Indica que fará uma transição de um "modelo" esgotado a um outro por meio de "um novo contrato social", a ser produzido por meio de "uma ampla negociação nacional" e a constituir "uma autêntica aliança pelo país". Segundo a Carta, o PT se coloca por "negociar" com todas as par-



tes um pacto social, que englobaria os interesses mais distintos e mesmo opostos, como os dos trabalhadores e dos capitalistas. A intenção é essa, mas o compromisso concreto é esse: "Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país". (...) "Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro". "Superando nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. (...) "Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos." Essas passagens contêm a essência do pronunciamento pró-imperialista de Lula. O PT renuncia às tímidas posições anteriores de fazer uma auditoria das dívidas e renegociá-las. Coloca-se por respeitar os contratos, o que significa manter as diretrizes do FMI e as medidas do "modelo" considerado fracassado na própria Carta. A candidatura Lula reivindica a "estabilidade", que não passa de uma máscara para a política pró-imperialista, de sangria do país e esmagamento da vida das massas. Diz com todas as letras: "A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados". Trata-se de uma declaração

pró-capitalista e de defesa do sacrifício dos trabalhadores sobre os quais recaiu inteiramente as medidas do governo FHC/FMI de proteção ao grande capital. É com a ótica burguesa de sacrifício das massas para salvar os capitalistas em meio a tremenda crise que o PT se coloca por um governo de "ampla negociação nacional", "novo contrato social" e "paz no campo".

10. Tudo indica que Lula será eleito no segundo turno com uma das maiores votações da história

eleitoral do país. As massas depositam em vão sua confiança de oprimidos no PT e no seu ex-líder operário das jornadas grevistas de início de 1980. Os compromissos de seu governo com o grande capital internacional e seus acordos políticos com grupos capitalistas nacionais por si constituem traição à confiança e esperança do pobres e famintos. Não se deve acreditar que esse governo fará uma política oposta a tais compromissos antinacionais e anti-populares. A base militante petista e as esquerdas que apóiam querem dar a entender que o PT foi obrigado a contrair tais compromissos por razões puramente tática, para poder ganhar as eleições contornando a campanha do governo sobre a instabilidade etc. Dizemos que essa explicação é ilusória e falsa. O governo do PT será de coligação com forças da oligarquia. Não terá independência frente ao imperialismo e descarregará a crise capitalista sobre os explorados, como já vem sendo feito. Utilizará o argumento de que o novo governo terá de ter tempo para arrumar a casa, que a crise já existia e que o sacrifício dos oprimidos será compensado mais à frente com o crescimento econômico etc. Exortará os operários a não fazerem greves e os camponeses a não ocuparem terras. Manobrará com a bandeira da negociação entre as classes. Pedirá compreensão para que seu governo seja estável. Acusará os lutadores de fazerem o jogo da direita frente à defesa das reivindicações das massas e contra o continuísmo das reformas pró-capitalistas. Tudo isso é previsível. É bom que se diga desde já para melhor enfrentar a traição do governo de Lula.

# PT foi vitorioso no 1º turno, sob a tutela capitalista

As eleições presidenciais levaram a uma vitória nacional da aliança encabeçada pelo PT. Somente em três dos 27 estados brasileiros o PT não venceu. Duas são as principais razões para esse resultado.

A primeira é o amplo arco de alianças firmado pelo PT, o que implicou no estabelecimento de compromissos com setores do poder econômico, ou seja, com frações da burguesia. O agravamento da crise econômica ampliou os choques interburgueses, deslocando setores capitalistas para a defesa de outras candidaturas, que não a do governo (apoiada pelo imperialismo), principalmente a de Lula. Assim, pudemos ver setores das oligarquias regionais (Sarney, Itamar), empresários com interesses no mercado interno (Staub, dono da Gradiente), latifundiários, banqueiros (Febreban), grandes comerciantes, migrando para a candidatura petista. O apoio se deu a partir dos resultados da pressão burguesa e do imperialismo para que Lula assumisse compromissos de manter na essência a política econômica atual, saldar os compromissos deixados pelo atual governo, submeter-se aos acordos com os organismos internacionais (FMI), brejar as ocupações de terra (MST) etc.

A segunda é o descontentamento com o governo FHC e o reforço da ilusão nas possibilidades de um governo petista realizar reformas. Isso podemos verificar pela queda da votação do PSDB sob todos os aspectos (e em menor grau dos outros partidos da aliança governista), e pela redução do número de votos brancos, nulos e da abstenção que, somados, na última eleição, foram majoritários.

A vitória do PT no primeiro turno da eleição presidencial com mais de 46% dos votos (o dobro de Serra) o coloca em grande vantagem para vencer o segundo turno. O apoio dos candidatos oposicionistas derrotados (Ciro e Garotinho), bem como o de setores da direita da base do governo (Maluf e Delfim Netto), ampliam a vantagem porcentual de Lula, como também seus compromissos. A vitória de Lula tende a configurar um governo de crise, em que uma espécie de federação das frações burguesas dispu-

tará cada passo a ser dado. Um governo burguês, que expressará uma política antinacional e antipopular, determinada pelas forças que o apóiam desde já.

## O poder econômico é determinante

Na Câmara dos Deputados, o PT foi o partido mais votado e conseguiu formar a maior bancada. No entanto, somados os deputados dos partidos que tradicionalmente se alinham ao petismo, não configuram maioria parlamentar. Esta permanece nas mãos dos partidos que formam a atual base de sustentação do governo, expressando o grande controle do poder econômico sobre a eleição. Apesar do grande retrocesso do PSDB e de um menor de PMDB e PFL, estes ainda constituem a maioria. O que significa que o PT deverá ampliar ainda mais o arco de alianças, incorporando pelo menos um dos grandes partidos governistas no futuro governo, se quiser obter a aprovação de medidas no parlamento. As negociações ao redor da divisão de ministérios e cargos de 2º e 3º escalão é que darão o perfil do governo.

No Senado, o PT passa a ser a 3ª força, atrás de PMDB e PFL. As concessões terão de ser ainda maiores aí, pois a força dos grandes partidos oligárquicos é ainda maior.

## Deslocamento para o lulismo

O PT venceu em primeiro turno as eleições para governador em 2 estados e disputa 2º turno em mais 8. Conseguiu ir ao 2º turno em 4 estados onde não previa no início da campanha, superando candidatos tradicionais da burguesia: São Paulo, Sergipe, Pará e Amapá. A maioria dos governadores eleitos no primeiro turno são dos partidos de oposição. O PSB foi o partido que mais cresceu em número de governadores eleitos. Em São Paulo, os partidos aliados do PT conseguiram eleger metade da Assembléia Legislativa, criando uma situação difícil para o PSDB no caso de vitória no 2º turno. O empresário Antônio Ermírio de Moraes tem reclamado da migração de

empresários para a candidatura petista até mesmo para governador.

Essa migração para o lulismo expressa de um lado o tremendo parasitismo dos capitalistas em relação ao aparelho do Estado burguês e, de outro, a assimilação e expressão pela candidatura petista dos interesses capitalistas.

## Eleições tapam a boca dos sindicatos

As eleições repercutiram nos sindicatos, CUT, MST e organizações sindicais e populares como elemento de desvio e contenção das lutas. As ilusões nas possibilidades de um governo Lula atender às reivindicações foram fortemente alimentadas. E as tendências de luta, contidas. Isto numa conjuntura de agravamento da crise mundial capitalista, com reflexos profundos na economia nacional, que tendem a ser descarregados sobre as massas, com demissões, alta dos preços, destruição de direitos trabalhistas e redução salarial, aumento da superexploração do trabalho etc. As massas estão desarmadas politicamente para enfrentar essa situação. Suas organizações estão comprometidas com a eleição e com a governabilidade do futuro governo. Agora, a orientação é para aguentar até a eleição do governo "progressista". Depois, será para conter as lutas e garantir a estabilidade política da aliança com os capitalistas.

## Fracasso das esquerdas

As correntes de esquerda experimentaram um crescimento em suas votações. O PSTU passou de cerca de 200 mil votos para mais de 400 mil. O PCO atingiu 38 mil votos.

Na verdade, esses números expressam um fracasso dessas correntes, pois realizaram campanhas eleitorais completamente adaptadas à democracia burguesa, baseada no chamamento do voto e na total ausência da defesa mesmo que formal do socialismo e da revolução. O PSTU chamou o voto contra a ALCA e o pagamento da dívida externa, tentando pegar uma carona nos 10 milhões de vo-

tos do plebiscito. Fracassou. Sua campanha levava a crer que era necessário um governo que não pagasse a dívida e não aceitasse a ALCA, para se ter as condições de oferecer saúde, educação, previdência etc. às massas, sob o capitalismo.

O PCO fez a campanha mais demagógica, ao chamar o voto pelo salário mínimo de 1500 reais, como se fosse possível de ser alcançado pela via eleitoral, ou mesmo sob o capitalismo. E ainda foi além, ao afirmar que tal medida estimularia o mercado interno, uma posição

tipicamente reformista.

### **As tendências da situação:**

O governo de Lula, se eleito, será um governo de crise. Estará constituído em aliança com frações burguesas reacionárias, que terão papel decisivo no governo. Terá de administrar a economia mergulhada no avanço da crise mundial capitalista. Para cumprir seus compromissos, terá de desenvolver uma ofensiva contra as massas. Estas estarão

desarmadas para enfrentar as medidas ditadas pelos capitalistas, e estarão com suas organizações de massa amordaçadas e servindo de apoio ao governo. O PT vai se aburguesar ainda mais, com a debandada de parlamentares, oligarcas e outros capitalistas para seu interior.

Cabe à militância revolucionária desenvolver a crítica ao reformismo, combater as direções burocráticas nas organizações de massa e impulsionar as tendências de luta, buscando sua generalização e unificação.

## **Fortaleza**

# **II Seminário sobre educação do Sindiúte foi burocratizado do começo ao fim**

O seminário, que poderia servir para armar a categoria para enfrentar a reforma educacional do governo Beni Veras e Juracy/FHC/BID, serviu unicamente de palanque para divulgar o "neoanarquismo do grupo da ex-vereadora Rosa Fonseca. Esse grupo denominado de Crítica Radical dirige o Sindiúte. Organizou o seminário de tal forma que todos os expositores faziam parte do Crítica Radical. As outras correntes políticas sequer puderam defender suas teses. As intervenções foram limitadas aos 3 minutos. O POR denunciou o burocratismo do seminário e a farsa montada pelo grupo Crítica Radical.

### **Combater a política do Crítica Radical, direção do Sindiúte**

O Crítica Radical defendeu a tese pós-moderna da sociedade do fim do trabalho. Segunda a qual, a superação do capitalismo só se dará com a supressão imediata do Estado, Dinheiro, Valor, da Mercadoria, da Política e do Trabalho. Explicam que a causa da restauração capitalista da URSS se deveu a não rup-

tura dos bolcheviques com tais categorias do capitalismo, sendo a consequência lógica a restauração capitalista. Negam a necessidade do partido revolucionário e da ditadura proletária. Pasmem, reivindicam de parte do legado teórico de Marx, os escritos de 1857-58 (Grundrisse).

Esse grupo se nega a lutar contra as reformas governamentais, a defender o fim do ensino privado, mais verbas etc, pois dizem que isso é um erro fatal. Para esse grupo, toda discussão não deve ser sobre outra coisa senão a "Emancipação Humana" e a "libertação imediata do homem". Nenhuma palavra sobre a frente popular, o saque imperialista, balanço do governo FHC etc.

A Internacional Emancipacionista, na qual esse grupo está vinculado, não passa de uma federação de anarquistas, que negam o marxismo.

O partido revolucionário combate as idéias desse agrupamento político por ser antimarxista. E chama os professores para a tarefa de pôr em pé o partido revolucionário, como parte da IV Internacional (do partido mundial da revolução).

# **Ceará: Municipalização do ensino aumentará o desemprego**

A reforma educacional, em marcha, implementada pelo governo FHC/BID, criou uma LDB (lei 9394/96) para adaptar a educação do Brasil semicolonial às determinações do Banco Mundial para os países economicamente atrasados. A municipalização do ensino fundamental é uma dessas mudanças, que visa desobrigar o Estado da responsabilidade de manutenção do ensino público e gratuito.

O governo Tasso/Beni Veras (PSDB) passou 8 anos preparando as condições para aplicar tais medidas destruidoras da escola pública. Já foram municipalizadas algumas escolas como por exemplo a EEF Irismar Maciel, do município de Icó. A

criação do "Tempo de Avançar", em 2000 - atingiu 120 mil alunos, e, em 2001- 100 mil, foi mais um golpe. Onde antes havia emprego para 7 professores (ensino médio regular), agora ("Tempo de Avançar"), basta apenas um.

O governo do Estado tem 798 escolas, sendo 595 no interior e 203 na capital, além dos anexos (segundo dados do SEDUC). Com a reforma educacional, o governo está estruturando as escolas para assumir somente o ensino médio. O problema é que na maioria das escolas estaduais predomina o ensino fundamental. Ou seja, mais alunos matriculados e professores ensinando nesse nível de en-

sinio. Os alunos do fundamental será repassados às prefeituras, mas para onde irão os professores?. Como não serão absorvidos pelo ensino médio, o caminho é o da demissão.

A Corrente Proletária na Educação /POR diz: o conteúdo da reforma educacional é a contenção de gastos (para pagar os agiotas (credores internacionais) e a privatização. Para combater o desemprego que irá bater na porta das escolas (tanto do Estado quanto do município) só a greve. Essa é a tarefa colocada: organizar a resistência coletiva para enfrentar as demissões, fechamento de escola/tornos, superlotação de salas e arrocho salarial.

# Professores cada vez mais pobres

A Unesco (organismo controlado pelos Estados Unidos-ONU) diz que o Brasil possui o terceiro mais baixo salário num total de 38 países pesquisados. O salário médio anual de um professor brasileiro é um dos piores do mundo. Perde unicamente para o Peru e Indonésia, que está em último lugar. E a média de alunos/professor coloca o Brasil (retirando os países miseráveis da África) entre os que mais alunos têm por professor. No ensino de 1ª à 6ª, o Brasil ocupa o segundo lugar entre 43 países pesquisados. No ensino médio, a situação é mais gritante, pois tem a maior relação alunos/professores.

Esses dados indicam que os professores brasileiros recebem salários extremamente baixos e as condições de trabalho (número de alunos por sala) vêm piorando cada vez mais. Ou seja, mais alunos e menos salários. As consequências inevitáveis têm sido o aumento da jornada semanal de trabalho para compensar o rebaixamento salarial. Não é por acaso que os professores são empurrados a trabalhar nas redes municipais, estaduais e privadas. E uma das consequências é que cresce número de professores com problemas de saúde. Sem dizer que vários direitos trabalhistas foram abolidos dos Planos de Carreira. A aposentadoria especial e integral aos 25/30 (mulheres e homens) foi eliminada com a reforma da Previdência em 1998, com as denominadas regras de transição (idade e tempo de serviço).

## O efeito da lei do capital na educação

Na mesma pesquisa, constata que o ensino nas séries iniciais vem sendo feito pelas professoras e que isso não é uma particularidade dos países economicamente mais atrasados (semicoloniais). No Brasil, a educação de 1ª à 6ª série é majoritariamente desempenhado pelas mulheres, 94%.

No capitalismo, é bom lembrar, que as mulheres têm os salários mais baixos que os dos homens. E que isso não é um problema restrito aos países semicoloniais. Conforme se ampliam as massas femininas no mercado de trabalho, mais cresce a exploração com o rebaixamento geral da massa salarial (homens e mulheres). Esse fenômeno está diretamente ligado ao processo de industrialização

onde as mulheres foram empurradas para o mercado de trabalho como complemento para a composição do salário familiar. Trata-se de uma lei do capital. Toda família tem de trabalhar para obter a renda familiar.

Há uma colocação de Karl Marx, no livro *O Capital*, que explicita bem essa lei do capitalismo. Diz assim: *"Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças". "O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário a sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira". (...) A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando para o capital em acréscimo imediato de mais-valia".*

Essa lei do capital que, ao mesmo tempo, que obriga as mulheres a complementarem a renda familiar determina o agravamento da opressão (trabalha fora e em casa). A grande quantidade da massa feminina na educação se dá, de um lado, pela composição do salário familiar e, de outro, porque permite desempenhar a jornada doméstica. E como o seu salário é menor do que o dos homens, a tendência é a desvalorização da força de trabalho geral. Na educação implica o rebaixamento do salário do professor e da professora.

## Os salários dos professores em São Paulo

Os salários estão arrojados. A política dos governos se restringe às gratificações e bônus, restrita a uma parcela que se encontra nos critérios por eles estabelecidos. O reajuste de 5%, concedido às portas das eleições, significou 3,96% no salário base inicial do PEBI para a jornada de 24 horas. As contas são simples: ganhava R\$488,00 e teve um acréscimo de menos de R\$20,00. Não conseguiu atingir nem R\$5,00 por hora/aula. Portanto, continua ganhando pouco mais de

2 salários mínimos, que são mutiladores da condição humana. O salário do PEBII, na sua maioria, depende do número de aulas que ministra. Como o governo vem reduzindo salas de aula, fechando escolas e diminuindo o número de aulas por disciplina, o salário do professor ACT (Ofas) é condicionado a essas medidas governamentais. Uma boa parte sequer recebe os dois salários mínimos. Sem dizer dos professores eventuais, que recebem unicamente por aula dada.

A defesa do salário e da reposição das perdas constitui a defesa da força de trabalho. Na medida em que não lutamos pelo salário, estamos permitindo que o Estado amplie a superexploração. A lei do capital diante de um grande excedente de mão-de-obra é a da redução do valor da força de trabalho. Os trabalhadores ao reivindicarem reposição salarial estão defendendo o valor da força de trabalho.

## Direções sindicais abandonaram a luta pela elevação salarial

Com o argumento de que é necessário defender o emprego, as direções dos sindicatos não impulsionam as campanhas salariais. O resultado está aí: os salários estão no fim do poço e não há nenhuma garantia de emprego. Mais grave ainda: estão assinando acordos de flexibilização de jornada com redução salarial.

A direção da Apeoesp vem fazendo o mesmo. Não há campanha salarial séria. O governo faz o que quer. A diretoria age por cima dos professores. Ou seja, decide pela assembléia. Nesse segundo semestre, recusou a convocar uma assembléia para discutir salário, emprego e destruição de direitos trabalhistas. O eleitoralismo tomou conta dos sindicatos.

Essa situação só vai modificar se o professorado tomar em suas mãos essas reivindicações e rechaçar a conduta dessas direções. O trabalho sistemático no seio dos educadores, os encontros de educação e a escolha de representantes de escola combativos constituem um passo importante para a elevação da compreensão geral da importância da mobilização direta e coletiva para defender o emprego, salário e conquistas sociais.



# Fortaleza: Nada de aceitar demissão

A SMS emprega os sanitaristas através de contratos temporários. Visa explorar ao máximo. As condições de trabalho precárias. Os sanitaristas passam oito horas por dia carregando escadas de aço (10Kg), bolsas de 4 Kg e sem nenhuma segurança (queda de caixa d'água, doença pelo contato com o larvicida etc).

A prefeitura tem como presente de final de ano a demissão para esses sanita-

ristas. E fica enrolando os contratados temporários para ganhar tempo e, finalmente, chegar o final do ano.

O Sintasce (Sindicato dos terceirizados) ao invés de lutar para a efetivação de todos os sanitaristas temporários, tenta empurrar para as locadoras, para lucrar em cima com a contribuição sindical. Chega ao ponto de dizer que os sanitaristas são incapazes de passar no concurso público. Portanto, essa direção

fala e age como patrão.

A Corrente Proletária na Saúde (POR) tem como objetivo organizar os sanitaristas para o embate contra a prefeitura e a burocracia sindical. Defende a efetivação de todos que estão com contrato temporário, condições de trabalho e um salário que possa sustentar uma família de 4 pessoas, que pelo nossos cálculos deve ser de R\$2000,00.

# Encontro secundarista discute programa

A Corrente Proletária Secundarista (SP) realizou sua plenária mensal. Nesta, foi dado um passo importante na elaboração do programa estudantil-secundarista.

A Corrente Proletária vem se reunindo e intervindo nas escolas em torno das idéias do boletim. Tem feito uma campanha pela formação dos grêmios livres e em defesa de uma plataforma de reivindicações por uma escola pública, laica, gratuita, autônoma e vinculada à produção social. Tem-se colocado pela estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores. Levanta a bandeira de fim dos vestibulares e acesso a todos os níveis de ensino. Vem se posicionando contra a reforma privatista do governo. Participou de campanhas gerais como a realizada contra a Alca, defendendo a luta antiimperialista e anticapitalista. Na ameaça de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, a Corrente se posicionou claramente contra a guerra imperialista e pela autodeterminação dos povos oprimidos. Nas eleições, tem mostrado as alianças do PT com os partidos da burguesia e as ilusões democráticas que são alimentadas por todos os partidos. Ressaltado que as eleições não resolverão os graves problemas, como o desemprego e a miséria crescentes. Tem feito a campanha pelo voto nulo programático. Critica as direções do movimento estudantil pelo papel de colaboração com as medidas governamentais.

Nesse dia 20 de outubro, iniciou-se a discussão em torno dos pontos para a elaboração do programa estudantil. A plenária partiu da posição de que as transformações da educação virão sob a direção da classe operária. Portanto, o

programa secundarista em elaboração não é senão uma resposta particularizada do programa operário para a educação. Publicamos abaixo o roteiro que serviu de base para essa primeira discussão.

## Pontos para um programa estudantil-secundarista

1. Os estudantes não constituem em si classe social. Faz parte da massa estudantil duas classes oprimidas: os filhos de operários e os da pequena burguesia. Temos jovens proletários, camponeses e de classe média urbana.

2. No capitalismo, confrontam-se duas políticas totalmente definidas: a da burguesia e a do proletariado. A burguesia exerce seu poder político e constitui sua ideologia de classe dominante a partir do seu poder econômico. A essência de sua política é o domínio da maioria explorada por meio da ditadura de classe burguesa. O Estado capitalista, o conjunto de suas instituições e seus partidos constituem o instrumento dessa ditadura econômica, social e política sobre o proletariado e demais oprimidos. O proletariado luta para se emancipar e emancipar toda sociedade do regime de propriedade privada dos meios de produção, transformando-o em propriedade coletiva. Esse objetivo histórico de transformação do capitalismo em socialismo exige que a política do proletariado tenha por estratégia a destruição da ditadura de classe da burguesia, portanto, de seu poder político, materializado no Estado burguês. A luta de classe entre burguesia e proletariado levará à insurreição da maioria oprimida para a tomada do poder. A classe operária, por ser a classe que coletiva-

mente arca com a produção capitalista, é a única classe que tem possibilidade de criar um novo Estado e impor um governo operário e camponês contra a classe exploradora. Para derrotar a ditadura de classe da minoria é preciso edificar transitoriamente a ditadura da maioria, a ditadura do proletariado. Esse no Estado se assentará na mais ampla democracia da maioria explorada.

3. A política pequeno-burguesa reflete a contradição entre o proletariado e a burguesia. Isso por que é uma classe intermediária. Sofre a pressão da luta entre as duas classes fundamentais. Por isso, a política pequeno-burguesa vai de posições direitistas à ultra-esquerdista. Em última instância, a política pequeno-burguesa serve à política burguesa. A pequena burguesia não tem como ter uma política própria. Como classe, segue ou a burguesia ou ao proletariado. Como expressão política, converge com a ideologia da classe dominante.

4. A Corrente Proletária Estudantil do POR expressa no interior dos estudantes a política do proletariado. Essa tem por estratégia a destruição do capitalismo por meio da revolução socialista. Seu conteúdo, portanto, é antiimperialista e anticapitalista. A defesa da política proletária implica derrotar a política pequeno burguesa que domina o movimento estudantil. Esta se acoberta de socialista. Mas na verdade o conteúdo de sua política é democrático-burguesa. Contrapõe-se à defesa da estratégia da revolução proletária. Serve de canal para a política eleitoral dos partidos adaptados ao Parlamento e ao capitalismo. Assim, mantém as reivindicações democráticas estudantis nos limites do que

julga possível alcançar no interior do capitalismo e por meio de suas instituições. Sem que se derrote ideológica e organizativamente essa orientação pequeno burguesa, a maioria estudantil não terá como pôr em pé um movimento independente da burguesia e vinculado ao movimento da classe operária.

5. A Corrente Proletária Secundarista parte da necessidade de se constituir uma fração revolucionária que organize os estudantes mais avançados politicamente e mais destemidos na atuação prática. Compreende que o movimento estudantil é parte da luta de classe. De forma que a organização independente dos estudantes frente à política burguesa e pequeno-burguesa ocorrerá se se construir uma fração que encarne o programa da classe operária e o traduza frente aos problemas da educação. Que responda a todo tipo de opressão sofrida pela juventude. Partindo das reivindicações mais elementares, uma poderosa

corrente estudantil proletária poderá vincular as massas estudantis oprimidas ao movimento geral da maioria explorada. Enquanto os estudantes não constituírem essa fração revolucionária, seu movimento permanecerá limitado à política corporativista de suas direções.

6. A luta por romper o isolamento dos estudantes perante o movimento operário e camponês é uma tarefa que poderá ser cumprida construindo o partido operário revolucionário. A Corrente Proletária Secundarista trabalha em torno do objetivo de levar aos estudantes a necessidade da organização do partido operário revolucionário. Uma corrente que não coloque claramente essa necessidade e não trabalhe em torno dela não tem como ajudar as massas estudantis a se colocarem sob a direção da política proletária.

7. O capitalismo já comprovou que não pode dar acesso à maioria trabalhadora a todos os níveis da educação. A

universalização do ensino fundamental sequer pôde ser cumprida plenamente. O ensino médio é restrito à uma minoria. O ensino superior é restrito a uma ultra-minoria. A luta pelo acesso à educação pelas massas oprimidas é uma tarefa democrática que só pode avançar por meio da luta de classe e da estratégia da destruição do capitalismo. A escola se encontra totalmente desvinculada da produção social. Assim, não tem como desenvolver o ensino científico e transformador da realidade. A divisão entre a prática e a teoria é um reflexo da sociedade de classe. A escola expressa essa divisão social do trabalho. Dessa forma, a escola é deformadora do conhecimento e obstáculo à aprendizagem e desenvolvimento pleno das faculdades humanas. A defesa da escola vinculada à produção social, assim como a do direito universal ao ensino a todos, está em contradição com a exploração, a divisão capitalista do trabalho e a opressão às faculdades

## Mais uma enrolação da Prefeitura de SP

O sub-prefeito de São Mateus, Franco e a Encarregada da Área de Saúde, Isa, compareceram ao Posto de Saúde do Jardim Santo André, convocados pelo Comitê de Luta Pelo Emprego, Educação e Saúde, para prestar esclarecimentos sobre as reivindicações do Bairro: ampliação do posto do Jardim Santo André e a construção de um Posto no Jardim São Francisco, um no Parque das Flores e um na 3ª Divisão.

Estas reivindicações são antigas, e constavam como preferenciais pela própria burocracia petista sendo colocadas como prioridade no Orçamento Participativo.

Ocorre que com o corte de verbas do Orçamento da Prefeitura estas prioridades ficaram para quando sobrar algum dinheiro.

### As massas populares não devem atrelar suas reivindicações

O Orçamento Participativo é um instrumento da política petista, que é utilizado para barrar as lutas pelas reivindicações mais sentidas das massas. É um mecanismo de freio das massas, uma demagogia, para dizer que discute com as massas suas reivindicações.

E de que elas podem influir no governo, mas no fim, tudo acaba emperrado pois precisam esperar o dinheiro.

Quando a Prefeitura observou que o orçamento seria menor, ela diminuiu os recursos da Educação, da Saúde e da Habitação para formar um caixa e manter uma política de compensação, ou como eles chamam "de inclusão" (Bolsa-Escola, Bolsa-Trabalho, Renda Mínima etc.). Estes projetos servem para que o PT consiga mais votos. Mas isto a obrigou a deixar de lado a construção dos postos de saúde, escolas e creches etc.

Por isso, nossas reivindicações não devem estar atreladas ao Orçamento Participativo, pois este não serve para organizar a população a lutar por suas reivindicações, mas para ajudar os petistas a gerenciarem o capitalismo quebrado.

### As direções do bairro estão atreladas.

As várias associações existentes nos bairros não tem participado do Comitê de Luta e não querem chamar as massas para exigir dos reformistas que estão na prefeitura as reivindicações, preferem estar dentro do governo e o ajudando em

suas demagogias, contra as reivindicações das massas.

Neste período, estas pretensas direções dos bairros estão preocupadas em eleger os seus candidatos, ou a fazerem assistencialismo para que votem nas migalhas que a prefeitura promete.

### O que devemos fazer?

Tanto o Subprefeito e a encarregada da Saúde afirmaram não ter verbas para atender nenhuma das reivindicações dos bairros. Apenas colocaram alguns paliativos, extensão do horário do posto de saúde até as 19:00 horas, 1 médico clínico geral (no posto não tem nenhum clínico) e que o posto do Rio Claro mais próximo atenderá as famílias.

Como podemos perceber, não devemos acreditar que o Estado capitalista (Prefeitura, Estado e Governo Federal) resolverão por meios de Leis as reivindicações, pois estas estão submetidas aos interesses dos empresários, do pagamento das dívidas, ou a serviços da caça aos votos.

Cabe ao Comitê de Luta por Emprego, Educação e Saúde, organizar os bairros com o método da ação direta (dos movimentos de rua) para cobrar as suas reivindicações.

# Eleições do DCE/USP

As eleições para o DCE da USP tiveram neste ano duas particularidades: a primeira é que ocorrem logo após a greve estudantil de 106 dias da FFLCH; a segunda é que a gestão atual, heterogênea, mas criada sob a liderança de estudantes ligados a parlamentares e figuras do PT, não organizou uma chapa de situação. Assim, as 4 chapas inscritas são de oposição, e organizadas principalmente a partir da FFLCH.

## As oposições

A chapa *Borandá*, organizada pela corrente petista Força Socialista (grupo Graúna), dirigia o DCE até o ano 2000. Cita em sua carta programa os diversos problemas que vivenciamos na universidade. Mas sua conclusão, a de que “o movimento não é um fato, é um processo, uma construção” reproduz o discurso que ouvimos no início da greve na FFLCH, justamente o daqueles que se incorporaram à greve quando ela já era fato consumado. É como aquele vício de linguagem, o gerundismo: não fazemos, “estamos fazendo” – na verdade não se faz.

Os posicionamentos contra a mercantilização do ensino e pesquisa omitem a relação entre a linha neoliberal e a crise capitalista.

Desvinculam a aplicação dessa linha com a casta que o aplica na universidade, a burocracia reacionária. Tratam a democracia universitária como algo em si, separada das necessidades e problemas concretos vividos pelos estudantes.

Traçam como estratégia de poder a ampliação da participação dos estudantes nos órgãos colegiados, pela chamada “paridade”, que preserva o poder da burocracia universitária que oprime estudantes, professores e funcionários.

Não apontam nem mesmo em linhas gerais que ações concretas podem ser feitas pelos estudantes para lutar pela resolução desses problemas.

Por fim, como não mencionam o socialismo, supõe-se que julguem ser possível resolver os problemas apontados sob uma melhor administração capitalista, num “outro mundo”.

A chapa *Oposicione-se* foi montada pelo PSTU e pelas correntes O Trabalho (PT), MLS e SR (PT), além de independentes. Recusaram-se a formar uma chapa conjunta com os setores mais combativos da greve da FFLCH, vetando a participação de duas correntes e opondo-se à crítica à atual gestão do DCE e ao grupo Graúna (chapa *Borandá*).

Embora digam que “a maior e mais nefasta ofensiva do mercado na USP tem dois nomes: fundações de direito privado e cursos pagos”, limitam-se a propor “barrar a regulamentação das fundações” e de “regulamentação dos cursos pagos”, sem apontar a necessidade de acabar com ambos, e não apenas impedir sua regulamentação.

Discorrem muito a respeito do ataque à “pesquisa pública”, mas não apontam uma proposta de resolução do problema.

Quando se referem ao coletivo Graúna (corrente Força Socialista do PT – chapa *Borandá*) e à atual direção do DCE, limitam-se a afirmar que o primeiro cometeu o erro de seguir os estudantes que cederam às pressões da reitoria e votaram pelo fim da greve da FFLCH, enquanto o segundo não entendeu direito o papel que cabia ao DCE. Dessa forma, não fazem uma crítica à atual gestão do DCE ou à dita “oposição”. Ao contrário, inocentam desses dois grupos, ao dizer que um “fazia parte” do grupo de estudantes que cedeu às pressões da reitoria (quando na verdade foi o grupo que liderou e expressou as posições da burocracia no interior do movimento), e, ao DCE, que bastava apenas “entender direito”, ou melhor, que alguém lhe explicasse o que devia fazer durante a greve da FFLCH.

Sobre o acesso à universidade, limitam-se a pedir a ampliação de vagas, não reivindicam a bandeira democrática de educação pública e gratuita para todos.

Sobre a assistência, consideram-na um direito que deva ser assegurado aos estudantes carentes, deixando de lado a defesa da assistência estudantil para todos. Pior ainda: reivindicam apenas “maior espaço para os estudantes nas decisões administrativas”, “mais transparência e seriedade” na seleção da moradia, deixando de lado a defesa de controle estudantil da assistência.

Sua colocação política mais geral se restringe à necessidade de ruptura com a Alca e o FMI, e o não pagamento da dívida externa, a ser feita pelo futuro governo eleito.

Falam de “um modelo mais justo e igualitário”, mas, além do teor genérico, abstrato e sem conteúdo dessa colocação, não dizem ao que se referem, se à universidade ou à sociedade.

Falam de uma “sociedade mais justa”, mas ao não dizer que sociedade é esta levam a supor que seja o próprio capitalismo reformado, e não o socialismo.

## Porque não houve unidade na oposição

Sendo a FFLCH a unidade mais mobilizada, é de perguntar porque a luta política ocorrida na greve não se refletiu, ou o fez de forma muito deformada, nas eleições do DCE. A unidade somente poderia ser construída sobre a base da ação unitária prática comum que os setores mais avançados tiveram recentemente, em oposição à paralisação do DCE e à política conciliadora com a burocracia da Força Socialista. As tentativas de unir diversas correntes políticas num programa que estivesse além ou aquém desse limite fatalmente seriam fracasadas. Resultariam na divisão do grupo ou num acomodamento oportunista.

É evidente que, ao propor unidade ao redor da prática comum, se chamou os militantes a apoiarem idéias políticas que poderiam estar em contradição com a política de suas correntes. Durante a greve, constituiu-se um setor dos estudantes que elaborava coletivamente as respostas às questões que se iam colocando. O resultado dessa elaboração coletiva se aproxima de políticas de determinadas correntes e se opõe a outras. Por exemplo: a política nacional do PSTU é de aliança com as correntes da esquerda do PT; mas na greve da FFLCH, os militantes de base desse partido se chocaram contra a Graúna (Força Socialista) e estiveram ao lado de outras correntes, com as quais o PSTU não costuma fazer alianças.

Assim, a unidade para RDs e DCE só seria possível em contradição com a política de algumas correntes, contradição essa que expressaram os militantes sob a pressão do movimento. Sem dúvida, se dependesse apenas dos estudantes dessas correntes que participaram ativamente da greve, estaríamos numa chapa unitária. Mas quem veio discutir a formação da chapa foram as lideranças das correntes políticas. E estes não estavam agindo sob a pressão da greve, e sim dos aparelhos e interesses eleitorais.

A resistência em criticar a atual gestão do DCE (pela corrente *O Trabalho*) ou a Graúna (pelo PSTU, SR e MLS) expressa essa contradição. O POR foi acusado de “denuncismo”. Trata-se de uma crítica falsa. Se fosse verdadeira, então as correntes que se uniram para o DCE na chapa *Oposicione-se* teriam expressado a crítica ao DCE e à Graúna sem “denuncismo”. Mas ela estaria lá no texto. Mas o que vemos? Que a atual gestão do DCE “não entende bem” o que deve ser feito diante de uma greve como a da FFLCH. E que uma parte dos estudantes é culpada pelo fim da greve, a Graúna somente cometeu o “erro” de segui-los. Ora, essa meia dúzia de palavras não só não é uma crítica como também inocenta de responsabilidade a Força Socialista e o DCE.

A resistência em criticar a atual gestão do DCE e a FS vem da proximidade política que existe, fora da USP, entre essas correntes. Fazer a crítica clara a elas poderia significar criticar a elas mesmas, em certos aspectos. E fazer uma chapa sob a política elaborada durante a greve poderia significar apoiar a política (ou aspectos dela) do POR.

É por tudo isso que as correntes já haviam articulado uma chapa antes da convenção, sobre a base do veto direto (ao PCO e à Estratégia Revolucionária) ou indireto (ao POR) a correntes e sobre a base da acomodação oportunista das políticas.

A vanguarda estudantil que despertou na greve precisa avançar para o programa revolucionário. A experiência prática com as correntes deve ajudar a distingui-las e a se posicionar claramente.

**Publicamos abaixo a primeira parte de um texto sobre a conjuntura internacional**

## O avanço da desintegração capitalista

O fenômeno da chamada globalização é na verdade expressão do agravamento das contradições características da fase imperialista, de decadência do capitalismo. O domínio dos monopólios tem aumentado com a aplicação da abertura dos mercados e privatizações nos países atrasados e com as fusões de grandes conglomerados; o capital financeiro (fusão do capital bancário com o industrial) dominante vai se tornando cada vez mais parasitário e tem uma fatia cada vez maior de composição fictícia; a exportação de capitais domina a economia mundial e impõe a recessão, enquanto o controle mais absoluto e direto dos mercados e fontes de matéria-prima (vinda dos países atrasados) torna-se decisivo na disputa interimperialista; as barreiras protecionistas dos países desenvolvidos são elevadas enquanto as dos países atrasados são desintegradas, em benefício do imperialismo; a partilha do mundo em áreas de influência mostra-se mais uma vez esgotada, diante da supremacia militar e econômica dos EUA em relação aos demais países; as tendências bélicas se manifestam concretamente diante das necessidades econômicas e políticas do imperialismo. A época de guerras e revoluções se expõe claramente.

A superprodução é uma das características próprias do modo capitalista de produção. Desde o início do capitalismo, de tempos em tempos a superprodução leva à recessão e à reconcentração de mercados e capitais. As crises cíclicas levaram ao domínio dos monopólios mundialmente. As crises recessivas chegaram ao ponto mais elevado com as guerras mundiais, que foram elementos de destruição maciça de forças produtivas e palco das disputas mais abertas entre as frações da burguesia mundial pelo domínio do mercado internacional. A década de 1990 registrou o mais longo período de estagnação da história do capitalismo. A média mundial de 0,9% de crescimento reflete isso. Mesmo diante do crescimento artificial de 4% em média ao ano na principal economia do planeta, os EUA, responsável por um terço

de tudo o que se produz, o mundo esteve estagnado. O que revela que o retrocesso na economia japonesa, que durou mais de uma década, a estagnação européia e a recessão latino-americana e no leste asiático constituem um quadro recessivo mundial. O esgotamento dos mecanismos artificiais de crescimento da economia ianque, baseados no endividamento da população a juros subsidiados e no expansionismo das exportações para os débeis mercados dos países atrasados, anunciaram a entrada de uma nova fase da crise mundial. As previsões de modesto crescimento da economia dos EUA (1,3%) já têm sido colocados abaixo pelos fatos (média de 1,1%). A pressão da estagnação na maior economia do planeta, aliada às tendências que se arrastam há anos, condiciona a crise e a desintegração do capitalismo no próximo período.

O mercado financeiro internacional tem realçado as seguintes características: o crescimento do capital fictício parasitário; a maior dependência da valorização dos chamados derivativos, vinculados aos preços das matérias-primas (principalmente o petróleo); as tendências de queda do valor das ações ligadas à alta tecnologia; as quebras de grandes monopólios; as flutuações de investimentos nos mercados de alta rentabilidade e risco e curtíssimo prazo; as dificuldades de manter o parasitismo sobre os títulos públicos diante das pressões recessivas. A tendência de formação de uma massa de capital desvinculada da produção, própria do capitalismo na fase imperialista, é acentuada pelas tendências recessivas mundiais e as alimenta. A baixa lucratividade da produção inibe os investimentos e o agigantamento do parasitismo estrangula os investimentos. As tendências recessivas inibem a produção de forma global, e os preços das matérias-primas tendem à queda. Os derivativos, vinculados a eles, representam cerca de um terço dos investimentos financeiros internacionais, e são pressionados para baixo. As ações de alta tecnologia não têm como refletir os avanços tecnológicos, que estão impedi-

dos de serem aplicados em larga escala à produção estagnada. Os investimentos de altos ganhos e riscos elevados, de curtíssimo prazo, vão varrendo as economias dos países atrasados como se fossem furacões, um após outro. Não têm como se manter, pois o pagamento de juros elevadíssimos em economias sob a pressão da recessão mundial não se sustentam por mais de alguns meses, de forma artificial e com agravamento brutal da opressão nacional e social.

Um dos pilares do chamado neoliberalismo foi a abertura dos mercados dos países atrasados, preservando o protecionismo das potências. A superprodução implicava na necessidade de desovar os estoques das multinacionais nos países atrasados, e para isso era necessário remover as barreiras comerciais. Esse processo permitiu uma relativa ampliação do comércio mundial, em benefício do imperialismo, durante a década de 1990. O crescimento comercial favorável ao imperialismo não expressou um crescimento da produção, e sim a desova de mercadorias encalhadas para as semicolônias, enquanto a importação de mercadorias das semicolônias tem sido bloqueada. Trata-se de um mecanismo artificial e de fôlego curto. A estagnação mundial condiciona seu limite. Os dados econômicos indicam que esse mecanismo está esgotado como elemento de ampliação de mercados. A formação de novos blocos econômicos, que impõem uma interferência mais profunda sobre as economias dos países atrasados, com destruição de parte das forças produtivas e tomada ainda maior de seu mercado pelas multinacionais, é a meta imperialista para amortecer os efeitos da crise. E impor as condições de produção de matérias-primas num quadro recessivo mundial. A pressão dos EUA para implantar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) corresponde a essa política. As pretensões dos países atrasados de porem em pé um bloco sulamericano (Mercosul), patrocinado pelo imperialismo europeu (principalmente francês), foram abaixo sob o tacão do capital financeiro ianque, que manipula o dólar.

Ancoradas monetariamente na moeda norte-americana e mergulhadas na estagnação e recessão econômicas, as economias de Brasil, Argentina e seus parceiros não resistiram ao movimento do capital volátil. Tiveram de implorar a ajuda de seus carrascos e estão de joelhos diante do FMI. A imposição da Alca se tornará mais fácil aos EUA, que manejam os organismos internacionais.

A crise econômica mundial pressiona os preços das matérias-primas para baixo. Destruuiu economias baseadas na exportação de minérios. Ampliou ainda mais a importância do controle de sua produção pelo imperialismo. O caso mais notável é o do petróleo. As tendências recessivas levaram o preço do barril até a faixa entre os 9 e os 11 dólares. Mas as guerras promovidas pelo imperialismo reergueram os preços para a faixa dos 30 dólares. E com eles as ações das multinacionais do petróleo nas bolsas de valores, assim como os fundos de derivativos, ancorados no preço do combustível mundial. O imperialismo não pode admitir, num quadro desses, qualquer interferência de governos ou frações burguesas nacionalistas nos países produtores. É uma necessidade do capital fi-

nanceiro ter domínio total sobre a fonte produtora, o que significa ter um governo marionete dos EUA. As necessidades de domínio das fontes de matéria-prima e de desenvolvimento artificial de setores da economia ligados à produção de armamentos impulsionam as tendências de intervencionismo bélico dos EUA no Oriente Médio e em todo o mundo.

O fim da União Soviética pôs termo à polarização militar mundial EUA/URSS. O novo quadro que foi se construindo foi o de uma supremacia militar norte-americana sem oposição. Durante a década de 1990, desde a Guerra do Golfo, os EUA foram ampliando a sua interferência econômica e militar. A ONU foi utilizada pelos EUA como um organismo de legitimação das intervenções militares ianques no Oriente Médio, Leste Europeu, África, Extremo Oriente. A busca de apoio das potências europeias, da Rússia, China e Japão foram uma necessidade política dos EUA, que correspondiam a interesses econômicos desses países. A conjuntura econômica da década de 1990, colocando os EUA como salvaguarda do capitalismo mundial, foram criando as condições para uma nova relação política e militar inte-

rimperialista. Os investimentos militares dos EUA chegaram ao século XXI num patamar mais de sete vezes maior que os da comunidade europeia inteira. A Rússia se arrasta numa crise desde o fim da URSS, com o chapéu na mão para os organismos internacionais. Os EUA formulam agora uma nova doutrina de segurança nacional e internacional, que se baseia na ação bélica preventiva e independente de seus aliados. Quer dizer que já não são necessários pretextos, como um ataque terrorista, para o intervencionismo militar: basta que se avalie a possibilidade de um perigo aos interesses ianques para se aprovar a iniciativa do ataque militar. Já não é necessário o apoio político e militar dos aliados europeus. Os EUA agirão de qualquer modo. A tendência bélica que começa a se materializar é parte de uma ofensiva mais geral no planeta. É a desintegração capitalista que move o imperialismo para a guerra. Expressa a tendência mais geral de choque das semicolônias com o imperialismo, impulsionada pelo avanço da opressão nacional e social, que acirra as contradições internas dos países atrasados e a luta de classes.

## A LBI apronta de novo

# Ao Coletivo Comunista Revolucionário

Surpreendeu-nos a divulgação, pela LBI, uma carta de vocês pedindo a esse grupo que esclarecesse sobre a acusação de que somos delatores e sobre nossa acusação a eles de que são difamadores do POR. A LBI requentou seu rosário de mentira e falsificação, apresentando-o como se fosse a tais "provas concretas" solicitadas pelo Coletivo. O fato da LBI usar qualquer chance ou situação para nos atacar não nos pegou de surpresa. Mas nos sentimos apunhalados pelas costas pelo Coletivo. Eis por que: 1) O Coletivo participa conosco na oposição à direção da Apeoesp; 2) Há muitos anos

nos conhece, a ponto de não poder duvidar de nossa moral revolucionária, de marxistas; 3) O Coletivo sabe das acusações da LBI contra o POR e tem ciência de nossas respostas; 4) O Coletivo pediu esclarecimentos a LBI e não ao POR. 5) O Coletivo permitiu que a LBI usasse sua carta para requentar sua campanha difamatória típica de estalinistas; 6) Membros do Coletivo estavam no ato da Apeoesp quando a LBI panfletou sua infâmia e permaceram calados, nem sequer vieram nos explicar porque tomaram tal atitude. Por todos esses motivos, vocês nos apunhalaram pelas cos-

tas. Se vocês não tiveram consciência de que estavam fazendo isso, é preciso dizer claramente que a LBI os usou para a sórdida campanha. Mas se vocês acham que era isso mesmo que deveria ser feito, a despeito de todas as razões apresentadas acima, então considerem que tiveram o êxito de nos pegar de tocaia. Estamos escrevendo esta carta ao Coletivo na esperança de que desautorizem publicamente a vil conduta da LBI.

Sem mais, aguardamos resposta  
Pela direção do POR Atilio de Castro

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques, contrapondo-se à tentativa de organização dos foquistas no período.

### **Questões de Organização** **I – Partido e Militante** **O Militante (I)**

O militante do POR é aquele que está de acordo com seu programa, que pertence a uma célula e que cotiza regularmente e de acordo com o que recebe. Este tipo de militante (chamado assim por trabalhar cotidianamente e de forma sistemática em um organismo de base do Partido) contribui na elaboração coletiva de sua linha política. A célula liga-o vitalmente com a classe e permite a que a organização partidária controle e oriente cotidianamente sua conduta. É essa concepção que nos define como bolcheviques. Foi sobre a base da divergência sobre esta concepção que, em 1903, foram formadas as frações menchevique e bolchevique dentro do Partido Operário Social-Democrata Russo.

Este aspecto nos mostra que as vinculações, diferenças e disciplinas partidárias são baseadas nas idéias programáticas, que estas determinam as modalidades organizativas. A camarilha, a simples amizade ou troca de favores, não tem cabimento num partido revolucionário e muito menos podem substituir o programa como elemento determinante da organização partidária. Ninguém pode ingressar no POR se não conhecer seu programa e seu estatuto, se não os tiver estudado e assimilado, além disso terão um período prévio de experiência, quando não são observadas as condutas dos aspirantes, como sua honestidade, é

também neste período que os aspirantes são capacitados política e doutrinariamente. A luta revolucionária impõe uma série de sacrifícios e para poder superá-los o militante deve saber perfeitamente por quais objetivos se integrou. O principal elemento para conseguir uma férrea organização é o programa revolucionário, o militante se forma assimilando-o devidamente.

O militante se forja integralmente na célula, aqui consegue desenvolver todas suas atitudes, aprende a utilizar corretamente o método marxista, a dirigir a sua classe. Na célula, o militante tem uma formação política, teórica e organizativa; aprende a superar suas limitações oriundas de sua origem social (rompendo com seus vínculos classistas pequeno-burgueses e se transformando em revolucionários, jogando fora seus preconceitos e seus vícios; já o operário, aprende a generalizar, a vincular seus problemas com os da classe ou com os do país). O pequeno-burguês e o proletariado se transformam em revolucionários. O partido é constituído por revolucionários profissionais, que têm algo a mais que os montes de estudantes e operários.

Não basta conhecer os objetivos partidários ou que leia e difunda os materiais do partido, existe toda uma camada ao redor do partido nestas condições, uma parte destes, inclusive, se coloca como militante do Partido e que sem dúvida está ligada a nós fora das fronteiras partidárias. É no seio desta camada onde recrutaremos os

aspirantes e os simpatizantes. Para que se tornem militantes é necessário ingressarem numa célula, que são os organismos de base do Partido. As pessoas que estão fora das células se encontram praticamente sem o controle partidário, ou seja, sem que seus movimentos e atitudes sejam orientados politicamente. O militante numa célula não se limita a se capacitar teoricamente (a célula não é a academia ou um clube de discussões), mas que intervém diariamente na vida partidária e planifica a melhor forma de levar ao seio das massas a linha partidária, nesta medida é um elemento ativo no processo de formação do Partido, de seu fortalecimento no meio da classe operária e também da assimilação da experiência da classe.

Os estatutos dizem que o militante que ficar sem pagar por três meses suas cotizações perde o direito de voto nas reuniões partidárias. A sustentação econômica da organização forma parte das obrigações vitais do militante. Se este se entrega integralmente à organização revolucionária, é claro que tem que contribuir, na medida de suas possibilidades, a resolver os problemas financeiros do Partido. A experiência nos ensina que a evolução política das células se traduz em cotizações normais e no manejo escrupuloso das finanças da organização. Segundo as normas estatutárias, a apropriação indevida das finanças do partido se equipara a delação e é castigada com a expulsão, sem direito de apelar ao Congresso ou as reuniões nacionais.

# 85 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917

Nesses 85 anos da Revolução Russa, o Partido Operário Revolucionário (POR) reafirma sua posição de que nenhuma corrente poderá construir uma política revolucionária sem ter no seu programa a defesa integral das conquistas e princípios da Revolução de Outubro de 1917. A destruição do partido bolchevique, a degeneração do Estado Soviético, a consolidação de uma burocracia estatal e a dissolução da Internacional Comunista, pelo estalinismo, levaram ao processo de desintegração da URSS e de restauração do capitalismo. A derrocada da Revolução vem no sentido de dar fôlego ao capitalismo imperialista em decomposição. O que significa impor às massas exploradas e às nações oprimidas a barbárie.

As conquistas da Revolução só serão mantidas se se pôr em pé o partido revolucionário marxista-leninista. E para isso é essencial assimilação dessa experiência como parte de constituição do programa da revolução e ditadura proletárias, do programa internacionalista.

Como resposta a essa exigência, o POR publica o documento escrito por Lenin, um dia após o início da Revolução. Nos próximos Massas daremos continuidade a essa tarefa.

## **Reunião do Soviet de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado 25 de outubro (7 de novembro) de 1917\***

*\*A reunião (extraordinária) do Soviet de deputados operários e soldados de Petrogrado começou no dia 25 de outubro (7 de novembro) às 14:35 horas ouvindo o informe do Comitê Militar revolucionário sobre a derrubada do governo provisório e o triunfo da revolução. Lenin interveio com um informe sobre as tarefas do poder soviético. Pela maioria dos votos foi aprovada a resolução escrita por Lenin.*

I  
Informe sobre as Tarefas do Poder Soviético (comunicado à imprensa)

Camaradas! A revolução operária e camponesa, de cuja necessidade falou

sempre os bolcheviques, foi realizada.

Qual é o significado dessa revolução operária e camponesa? Primeiramente, o significado dessa revolução consiste em que teremos um governo soviético, nosso próprio órgão de poder, no qual a burguesia não terá nenhuma participação. As próprias massas oprimidas criam um poder. Será destruído pela raiz o velho aparato do Estado, será criado um novo aparato de direção através das organizações dos soviets.

Inicia-se hoje uma nova etapa na história da Rússia, e esta, a terceira revolução russa, deve conduzir, finalmente, a vitória do socialismo.

Uma de nossas tarefas mais urgentes é pôr fim imediato à guerra. Está claro para todos que para terminar esta guerra, diretamente vinculada ao regime capitalista, há que combater o próprio capital.

Nisso nos ajudará o movimento operário mundial, que começa já a desenvolver-se na Itália, Inglaterra e Alemanha.

A paz justa e imediata que proporemos à democracia internacional encontrará em todas as partes uma ardente acolhida entre as massas proletárias internacionais. Para reforçar esta confiança do proletariado, devem publicar-se imediatamente todos os tratados secretos.

Dentro da Rússia, um imenso setor do campesinato tem dito: basta de jogar com os capitalistas, nós marcharemos com os operários. Conquistaremos a confiança dos camponeses com um só decreto que porá fim à propriedade privada latifundiária. Os camponeses compreenderão que a salvação do campesinato está unicamente na aliança com os operários. Estabeleceremos um verdadeiro controle operário sobre a produção.

Agora aprendemos a trabalhar fraternalmente. Testemunho dele é a revolução que acaba de ter lugar. Dispomos da força de organização de massas, que tudo o vencerá e conduzirá o proletariado à revolução mundial.

Agora, devemos dedicar a edificar na Rússia um Estado socialista proletário.

Viva a revolução socialista mundial!

## 2 Resolução

O Soviet de deputados e soldados de Petrogrado saúda a vitoriosa revolução do proletariado e da guarnição de Petrogrado. O Soviet destaca, em particular, a coesão, a organização, a disciplina e a plena unanimidade que foi prontamente colocado pelas massas nessa insurreição excepcionalmente incruenta e excepcionalmente esperançosa.

O Soviet expressa a firme segurança de que o governo operário e camponês, que será criado pela revolução, como um governo soviético, e que assegurará ao proletariado urbano o apoio de toda massa do campesinato pobre, marchará firmemente para o socialismo, único meio para salvar o país das monstruosas calamidades e horrores da guerra.

O novo governo operário e camponês proporá imediatamente uma paz justa e democrática a todas as nações beligerantes.

Abolirá imediatamente a propriedade latifundiária e entregará a terra aos camponeses. Estabelecerá o controle operário sobre a produção e a distribuição dos produtos e estabelecerá o controle nacional sobre os bancos, ao mesmo tempo que transformará em uma única empresa estatal.

O Soviet de deputados operários e soldados de Petrogrado, chama a todos os operários e a todos os camponeses a apoiar abnegadamente e com a maior energia a revolução operária e camponesa. O Soviet expressa a segurança de que os operários urbanos, em aliança com o campesinato pobre, darão provas de inflexível disciplina fraternal e implantarão a mais severa ordem revolucionária, indispensável para o triunfo do socialismo.

O Soviet está convencido de que o proletariado dos países da Europa ocidental nos ajudará a conquistar, para a causa do socialismo, uma vitória completa e segura.

Publicado no *Izvestia* do CEC, n. 207, de 26 de outubro de 1917

# Boletim do Cerqui

## Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



### Nesta edição:

- É nas ruas que o proletariado italiano derrotará a Reforma Berlusconi
- As falsidades democratizantes de Altamira e do PO em sua crítica às esquerdas
- Iraque: Nem guerra, nem inspeção

## Itália

# É nas ruas que o proletariado italiano derrotará a Reforma Berlusconi

A classe operária e demais trabalhadores pararam as principais cidades italianas na greve geral de 18 de outubro. Realizaram grandes manifestações de rua. Nesse ano, essa foi a segunda greve geral, convocada pela Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL). A causa dos protestos tem sido a política econômica, comandada pelo primeiro-ministro Silvio Berlusconi. Esta tem como essência a destruição de direitos trabalhistas e a chamada reestruturação produtiva, que nada mais é do que o ataque ao emprego.

A crise econômica força os capitalistas e seu governo adotarem medidas contra a vida das massas trabalhadoras. A inflação em setembro atingiu 2,6%, a maior do ano. A estagnação econômica (as previsões de crescimento não chegam a 0,6%) caminha para a recessão. E o governo prepara para o próximo ano a redução de verbas para saúde e educação. A Fiat, anunciou o fechamento de fábricas e o corte de mais de 8 mil empregos. Portanto, trata-se de uma política de destruição de postos de trabalho (estima-se que 280 mil serão eliminados) e de conquistas sociais.

A essência da reforma trabalhista de Berlusconi é a retirada do artigo 18, que obriga o patronato a readmitir trabalhadores demitidos sem justa causa. Trata-se da "flexibilização" dessa cláusula do código trabalhista. Os argumentos dos capitalistas e governo são de que isso significa "modernizar" a legislação do trabalho, ampliar o desenvolvimento industrial e, com isso, tirar o país da es-



tagnação. Mas, na verdade, é a remoção de uma conquista valiosa da classe operária italiana, que é a da estabilidade no trabalho. Através dela, as demissões só eram efetivadas com a concordância dos sindicatos. Embora a burocracia sindical colabore com o patronato, permitindo demissões, o artigo 18 constitui um obstáculo na situação em que a burguesia necessita demitir em massa.

Somente a luta direta (greve geral, manifestações, ocupações de fábrica) fará recuar a reforma trabalhista de destruição de emprego e direitos. Depois de 20 anos, a classe operária e demais explorados deram demonstração de vigor nessas duas greves gerais. As centrais sindicais se encontram divididas. Uma parte delas (CISL e UIL) apoia a reforma de Berlusconi. A divisão do movimento é a ação da burocracia sindical para frag-

mentar e quebrar a força coletiva dos explorados. O proletariado em luta deve estar unido e se colocar contra a burocracia divisionista e traidora.

### O fascista Berlusconi

O primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, faz parte da coalizão Casa da Liberdade, formada pelos partidos de direita, que subiu ao poder com a vitória nas eleições parlamentares de 2001. As massas foram arrastadas pela propaganda eleitoral de garantia de emprego e restrição à imigração.

O magnata Berlusconi, acusado de corrupção, dirige a Itália com mãos-de-ferro. Lembremos do recente assassinato do estudante Carlo Giuliani, na manifestação em Gênova contra a política do FMI.



**Necessidade do partido revolucionário**

As massas trabalhadoras vivenciam o ataque da reforma Berlusconi. A crise econômica na Itália expressa os impasses do capitalismo na Europa e no mundo. A burguesia italiana está obrigada a

abandonar posições anteriores de convívio com antigas conquistas sociais. Sua tendência é de tomar medidas cada vez mais violentas contra a vida dos explorados.

A grandiosa manifestação operária, por sua vez, demonstra o caminho da resistência. Entretanto, está sob a direção da burocracia sindical, que assumiu o

compromisso histórico da colaboração de classe e sustentação do capitalismo. Esse é um grande problema para o proletariado. De um lado, a burguesia se direciona para posições fascistas; de outro, a burocracia mantém os pressupostos da política colaboracionista. Resalta a necessidade do partido revolucionário, que está por ser constru-

**Argentina**

**As falsidades democratizantes de Altamira e do PO em sua crítica às esquerdas**

A história ensina tragicamente para as massas que não existem vias pacíficas ou eleitorais para o poder

As citações são da nota editorial do *Jornal Prensa Obrera* n.º 762, de 11 de julho de 2002, assinado pelo Deputado de Buenos Aires, Jorge Altamira.

Diz PO na nota: *“o movimento piqueteiro e as Assembléias Populares, que a cada dia convergem para o dos piqueteiros, converteram-se em um poderoso fator político. A consciência desta situação deve levar a classe operária a colocar para si novos horizontes políticos”*.

PO faz uma boa caracterização sobre a potência do movimento de luta. Mas os horizontes que pretende para a luta de classes são democratizantes:

A consigna de Assembléia Constituinte nas mãos dos partidos burgueses é uma vitória política das colocações do Partido Obrero?

Ou é uma vitória para a burguesia que consegue fazer com que correntes que se auto-intitulam de esquerda abracem bandeiras democráticas-burguesas confundindo e desorientando a vanguarda de luta?

Diz PO: *“O festival de propostas para convocar uma ou várias Constituintes é tão claramente uma consequência da pressão popular que, ao mesmo tempo, representa uma vitória política das consignas do Partido Obrero, deformadas naturalmente pelos interesses contra-revolucionários da última formada de convertidos.”*

A burguesia já colocou há muito tempo o problema do desprestígio de suas instituições, da perda de legitimidade de sua democracia perante as massas.

Este processo caiu em cima de suas cabeças com as eleições de 18 de outu-

bro, com uma enorme quantidade de votos de protestos e, mais ainda, com a rebelião popular que arrasou o governo de De la Rúa-Cavallo e que não consegue ser detido. Isto obriga a burguesia a buscar aceleradamente todos os métodos para voltar a enganar as massas, fazendo com que sua democracia possa ser aceita.

Nem bem as massas adotaram a consigna “que todos se vão” os ideólogos burgueses começaram a estudar como institucionalizar esta reivindicação, de característica revolucionária, assumida por um setor das massas. Neste sentido é correto dizer que a Assembléia Constituinte é uma das variantes que foram analisadas desde o princípio para “dar uma resposta” aos reclames populares, a partir de suas instituições burguesas.

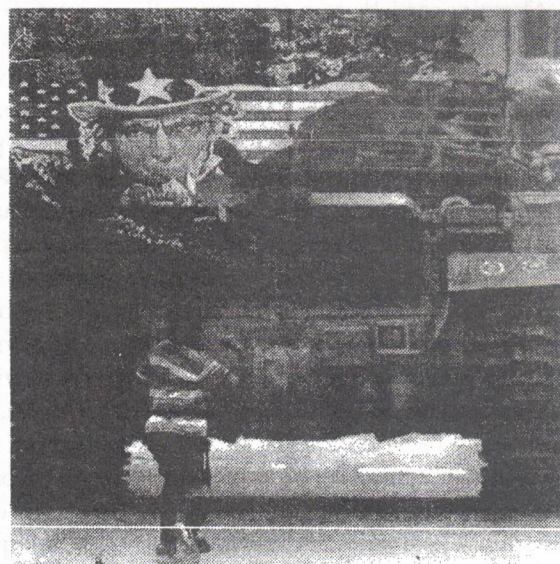
A antecipação das eleições – na realidade um esforço para sobreviver o maior tempo possível, quando seu tempo já acabou – também é uma resposta deformada da pressão popular, os projetos de renovação de todos os cargos, de antecipar as eleições provinciais de governadores e legisladores, também é uma forma de pressão popular, nada disso estava em seus planos.

Mas devemos recordar que todas estas “saídas” são próprias da burguesia, são parte de sua bagagem institucional. A Assembléia Constituinte forma parte da Constituição Nacional, não foi colocada aí há cerca de 150 anos por mérito de PO. Re-

centemente, foi realizada uma Constituinte para assegurar a reeleição de Menem (com certeza, o PO não deve ter estimulado sua realização). O fato de que, em meio a uma situação que o próprio PO caracteriza como revolucionária, esta organização levante como estratégia a Assembléia Constituinte, que deve ser considerada como um trunfo da burguesia.

**Segundo Altamira a forma de poder deve ser colocada na Constituinte**

Diz PO/Altamira: *“A esquerda, diferentemente do centro, coloca uma Constituinte ‘livre e soberana’, que ‘discuta tudo’, mas rechaça uma colocação de poder. Para a*



**Os Estados Unidos necessitam da guerra  
Fora o imperialismo do Oriente Médio!  
Pôr em pé um movimento  
antiimperialista em defesa do Iraque!**

*Esquerda Unida e seus aliados, A Assembléia Constituinte deve ocorrer ao lado de Duhalde, Ibarra ou Reutemann, limitando-se a encarar uma reforma da Constituição – apesar de falarem que ‘tem de ser integral’.”*

*“Supomos que a efetivação dessa reforma da Constituição ficaria a cargo de futuras autoridades que sucederiam Duhalde. A esquerda se separa do centro com relação ao alcance do temário de reformas que seria previsto na Constituinte, mas não se diferenciam de modo algum, nem o centro, nem a esquerda, na oposição, a questionar os governos de plantão. Esta posição é retórica e imobilista, e portanto dissolve a energia da luta do povo pelo poder. Quanto ao argumento de que um governo da Constituinte, como coloca o PO, implicaria um co-governo de todos os partidos ali representados, de direita e de esquerda, é inconsistente porque uma maioria revolucionária de esquerda formaria seu próprio governo, e uma esquerda em minoria funcionaria como oposição, de nenhuma forma estaria obrigada a governar com os partidos patronais”.*

Altamira critica fortemente a esquerda porque *“rechaça uma consigna de poder”, acusa suas posições de “retóricas e imobilistas e que portanto dissolvem a energia da luta do povo pelo poder”*. Qualquer um pode imaginar que semelhante afirmação desembainhará uma afiada navalha. Mas em que consiste a consigna de poder de Altamira?

Altamira concebe com toda naturalidade uma constituinte com a presença da direita e que, se a esquerda revolucionária for maioria, *“poderiam formar governo”*. Nisto consiste sua consigna de poder. **Tratar de obter maioria em uma Assembléia Constituinte para formar governo.**

Alcançar o governo por meio de uma maioria na Assembléia seria para Altamira “tomar o poder.” A luta de classes ensina que o poder não se ascende pela via eleitoral, por via pacífica, estas concepções são parte do arsenal estalinista com que se decapitaram processos revolucionários como no Chile com a Unida de Popular. Esta posição é reacionária.

É evidente que Altamira sempre estará se referindo a uma Constituinte convocada nos termos da Constituição Nacional, do contrário não haveria mencionado a presença dos partidos patronais que poderiam ser maioria.

Ninguém imagina esses partidos pa-

tronais intervindo como tais nas Assembléias Populares e nos piquetes. Altamira se refere à Constituinte burguesa, eleita com representantes dos partidos patronais e de esquerda. Se não for este o sentido, se referiria a blocos de assembleístas e de piqueteiros.

Porque o PO não coloca a consigna de poder das assembleias populares, dos piquetes, onde se expressem os operários (empregados e desempregados), os estudantes, os camponeses pobres, os explorados da cidade e do campo e a substitui por um governo que surge dos constituintes?

Diz Altamira: *“A Esquerda Unida não esgrime a reivindicação da Constituinte para lutar ‘para que todos se vão’, mas pelo contrário, para poder deliberar sobre uma carta constitucional enquanto estes ‘todos’ seguem governando efetivamente. Levanta a Constituinte em termos constitucionais e não revolucionários, quer dizer, não como reivindicação para expulsar a burguesia do poder. Afirma que é historicamente inviável que uma Constituinte possa governar, desconhecendo que assim funcionaram as assembleias revolucionárias inglesas e francesas logo após a derrubada de suas respectivas monarquias, e também desconhece a crítica de Marx à Assembléia alemã de 1848 por não iniciar a luta armada para derrubar a monarquia e colocar-se no poder. Ignora por último um elemento histórico contra-revolucionário, quando a Constituinte russa de novembro de 1917 pretendeu suplantear o poder dos Soviotes, e por isto foi dissolvida pela Guarda Vermelha.”*

É conveniente analisar os exemplos citados por Altamira para defender sua pretensão de lutar por um governo da Constituinte. Primeiro, falamos de uma outra época histórica, onde o capitalismo estava em seu apogeu. Segundo, não podemos pôr um sinal de igual entre Inglaterra, França e Argentina, com desenvolvimentos absolutamente distintos, mas sobretudo por não podermos pôr um sinal de igual entre a classe operária e os explorados com a burguesia da França e da Inglaterra que enfrentava a monarquia e que apelava a métodos revolucionários – até a metade do século XIX – para este enfrentamento. Mas temos de observar que, apesar de que o regime não fosse o seu próprio, já era uma classe com poder econômico, e tendo uma base material que a respaldasse.

Altamira acerta em sua crítica ao res-

to da esquerda democratizante, mas, para transformar-se em sua ala radical, perdeu completamente o norte.

A classe operária tem de tomar efetivamente o poder expropriando os meios de produção das multinacionais, destruindo assim o Estado burguês, instaurando sua própria ditadura de classe.

Se fosse como sustenta Altamira não deveria se perguntar: por que Trotsky não colocou esta consigna na situação revolucionária na França na década de 30, nem na Inglaterra. Em geral nos inclinamos a pensar que Trotsky não esqueceu da própria experiência histórica de ambos países, debatendo detalhadamente com os revolucionários sobre as principais questões táticas.

Tanto a experiência russa, como as recomendações da III Internacional para os países do Oriente, como o programa de Transição de fundação da IV Internacional, sobre esse tema, referia-se a países que não haviam recorrido a uma experiência constitucional, de democracia burguesa. A burguesia levantava estas bandeiras para enfrentar a monarquia e buscava ganhar o apoio popular com esta prédica. Recomendavam consignas referentes à conquista da democracia política, como a Assembléia Constituinte, que deveriam estar presentes nas organizações revolucionárias da classe operária para ajudar as massas a romper com a demagogia burguesa.

Altamira diz que há que levantar a constituinte “em termos revolucionários” como uma reivindicação para expulsar a burguesia do poder.

A Assembléia Constituinte é uma instituição formada para que a burguesia continue a deter o poder. É um grave erro sustentar que o poder é ter um governo de maioria parlamentar. Estas são concepções mais próximas da social democracia do que da classe operária.

A burguesia só poderá ser expulsa do poder por meios revolucionários, pela insurreição popular dirigida pela classe operária. Não existem outras vias. A esquerda poderia ser maioria em uma constituinte como imagina Altamira e redatar a constituição mais socialista do mundo, mas isto não significará que tomamos o poder, mas uma declaração de intenções.

A história demonstra que as constituições e as leis dão expressão a uma realidade que já existe na estrutura

econômica e social, nunca o contrário.

Para Altamira e o PO, as massas devem tirar os governos com suas lutas e entregá-lo à Assembléia Constituinte

Disse Altamira: *"Fora do espectro direita-esquerda dos partidos que se referenciam na "democracia", o Partido Obrero parte das reivindicações mais sentidas do povo e do trabalho de desorganização econômica do capital, para assinalar que existe uma crise revolucionária e uma questão de poder colocada para o conjunto das classes da sociedade. A consigna da Constituinte deve ser uma consigna de oposição ao governo e ao regime político existentes. Deve reivindicar a expulsão dos governos de plantão por meio da luta e a transferência do poder a uma Assembléia Constituinte que encaminhará a satisfação das reivindicações sociais e nacionais. A hegemonia da esquerda revolucionária na Constituinte e, o que é mais importante, no processo revolucionário de conjunto que a condiciona, não está ditada de antemão, depende da classe social que assuma a iniciativa para impô-la, e dos métodos com que seja convocada."*

Para Altamira, a Constituinte poderá dar satisfação às reivindicações sociais e nacionais. Por tanto não é necessário lutar pelo governo operário e camponês, pela revolução social, pela ditadura do proletariado, porque dentro do marco democrático burguês, sem necessitar expropriar o capital, se poderiam resolver todas nossas reivindicações.

Tomar o poder implica debater e resolver a questão militar, absolutamente ausente das reivindicações dos democratizantes. É imprescindível para os revolucionários propagandizar a necessidade do armamento popular. Em cada luta radicalizada das massas, onde se enfrenta a ferocidade do aparato repressivo, aparece em toda sua dimensão o problema. É imprescindível debater também a política sobre as forças de segurança, para quebrar seu poder de fogo.

Quando as organizações que se colocam no campo da esquerda falam de "tomar o poder" nem se referem ao fim da propriedade privada dos meios de produção, sem se referir à insurreição armada e à destruição do Estado, estão nos vendendo gato por lebre.

Nós, trotskistas, sustentamos que para começar a resolver as reivindicações nacionais da classe operária, temos de tomar o poder e expulsar a burguesia, só a classe operária no poder poderá atender a essas reivindicações. Esta é uma formulação que rechaça absolutamente a revolução por etapas. Este é um conceito central da Revolução Permanente.

Altamira quer levar o movimento de luta das massas para o terreno eleitoral, institucional. Nós, ao contrário, entendemos que devemos lutar para fortalecer as organizações de luta a partir das bases, para que elas próprias possam ser expressão direta do poder, estejam nesses movimentos ou não as organizações democratizantes de esquerda.

Voltamos a dizer: para as massas não há nenhuma reivindicação, nenhuma expectativa, nenhuma ilusão, de que por meio da Constituinte possam ser resolvidas suas reivindicações. As massas já fizeram sua experiência com as constituições.

Altamira arremata seu editorial dizendo: *"Antes de viabilizar leis ou reformas constitucionais que determinem o alcance das futuras eleições, devemos determinar quem governa e que política governa. Neste marco, afirmamos que as Assembléias Populares, as organizações Piqueteiras, as organizações sindicais combativas, as fábricas ocupadas e as numerosas organizações populares que estão em luta, devem concentrar seu foco em uma clara consigna de poder. Pois completar a obra de 19 e 20 de dezembro não significa outra coisa que suplantat o atual regime político por uma Assembléia Constituinte, que seria convocada pelos representantes das organizações em luta."*

Uma clara consigna de poder é: governo operário e camponês, ditadura do proletariado, derrubar a burguesia e destruir seu Estado por meio da insurreição armada, pôr em pé uma poderosa frente única antiimperialista que unifique os explorados e oprimidos.

Está muito fresco em nossa memória o trágico exemplo de ALLENDE e o governo da UNIDADE POPULAR no CHILE. A esquerda pode ganhar eleições, pode construir governos, criar a ficção de que representam efetivamente a vontade popular e representam uma forma de tomada do poder. Este é na realidade o caminho da burguesia e do im-

perialismo para desorganizar e confundir as massas no pântano democratizante. Se não conseguem desmobilizar as massas o caminho será o fascismo, a ditadura militar, que estarão preparando todo o tempo.

Não existem vias pacíficas para o poder. Não existe uma via eleitoral, constitucional para o poder. Estes são desvios.

**PARA QUE SE POSSA DEMOCRATIZAR O PAÍS, PARA ROMPER COM O IMPERIALISMO, PARA RESOLVER O DESEMPREGO E A FOME TEMOS DE FAZER REVOLUÇÃO SOCIAL, ISTO É EXPROPRIAR A BURGUESIA, AS MULTINACIONAIS.**

**ESSA REVOLUÇÃO SOCIAL, VERDADEIRAMENTE POPULAR SERÁ PROLETÁRIA, PORQUE É A ÚNICA CLASSE – O PROLETARIADO – QUE LEVA NAS SUAS ENTRANHAS O GERME DA NOVA SOCIEDADE.**

A CLASSE OPERÁRIA É O SUJEITO DA REVOLUÇÃO. Isto não nega que para que isto seja possível é necessária a intervenção da maioria oprimida e explorada, a maioria população que suporta a asfíxiante dominação imperialista. Sem a intervenção destes setores, a revolução não será possível. A classe operária deverá ser a direção, deverá dirigir o conjunto e lhe dar seu próprio conteúdo.

Nesta luta para se converter em direção da Nação oprimida é necessário derrotar ideologicamente a burguesia em todos os terrenos.

Assim será para a classe operária exercer esse papel de direção. Hoje quando as massas se encaminham decididamente a confiar em suas próprias forças, em suas próprias mãos, construindo suas próprias organizações a partir das bases, e fazem tremer as classes dominantes - que já não sabem o que fazer para governar. Neste momento é necessário trabalhar conscientemente para esgotar as ilusões democráticas e impedir que elas cresçam novamente. Por isto combatemos com insistência os democratizantes, para que abandonem imediatamente suas campanhas por eleições e constituintes, são um fator de distração na vanguarda que luta.

(extraído do jornal Masas Argentino n.º 168 de 29 de agosto de 2002)

## Iraque

# Nem guerra, nem inspeção

As forças do imperialismo negociam como pisotear a soberania do Iraque. Pelos Estados Unidos, sua máquina de guerra já estaria bombardeando e ocupando o território iraquiano. Pela França, antes da guerra, os inspetores das potências estariam investigando cada compartimento do país à procura de arsenais. O objetivo é comum. A diferença está na forma. O governo nacionalista de Saddam Hussein deve abrir mão do controle da segunda maior bacia de petróleo do mundo. Deve também estar desarmado frente a Israel, um enclave do imperialismo no Oriente Médio, armado com

os últimos recursos da tecnologia bélica.

As manobras das frações imperialistas na ONU visam à guerra ou a total capitulação do governo iraquiano. Está colocada a defesa do Iraque contra o imperialismo. Ou seja, a defesa da autodeterminação dos povos. O que significa defender o direito do Iraque controlar seus recursos econômicos e produzir as armas que lhe convier.

O imperialismo tem produzido armas capazes de destruir o mundo. Com seu poder econômico e militar submete as nações oprimidas à barbárie. Coloca povos contra povos. Arma-os de acordo

com seus interesses momentâneos e os desarma quando seus objetivos são atingidos.

O capitalismo necessita das guerras. Somente sua destruição pela revolução proletária e sua substituição pelo comunismo mundial cessarão definitivamente as guerras civis e as guerras entre os povos. É preciso acabar com a sociedade de classe para se acabar com os antagonismos nacionais.

Publicamos abaixo duas colocações extraídas do Massas, órgão do Partido Operário da Bolívia sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.

## Estados Unidos, seguro de ser já o dono do mundo, prepara o ataque por cima das fronteiras, para impor sua vontade despótica e colonialista

O internacionalismo proletário tem como um de seus objetivos esmagar o imperialismo colonialista e abrir as portas para o comunismo. Depois da restauração capitalista na Rússia seu governante respalda a política opressora e bárbara de Bush; os governantes cubanos têm dito publicamente que Castro (no passado campeão do terrorismo elitista) em três oportunidades ofereceu ao presidente norte-americano assinar um acordo de cooperação na luta antiterrorista. Novamente assinalamos que só a revolução proletária acabará com a barbárie capitalista.

Em junho de 2002, G.W. Bush, apresentou para a academia militar de West

Point a finalidade estratégica da "guerra preventiva" como marco de sua política internacional.

Condoleezza Rice, conselheira de Segurança Nacional norte-americana tem divulgado argumentos irrefutáveis, segundo ela, que empurram os Estados Unidos a intervir no Iraque e derrubar o presidente Hussein. Parece ignorar que militares e empresários norte-americanos "exportaram ao Iraque produtos que poderiam ser utilizados na fabricação de armas bacteriológicas".

Para Washington, os inimigos potenciais dos Estados Unidos estão não só no Oriente Médio mas também na América Latina e outras regiões do mundo.

Segundo o jornalista P.S. Golub: "Contrariamente a tradição política original dos Estados Unidos, uma nação nascida frente o imperialismo britânico... a ideologia imperialista mais conservadora e tradicional se estende como única política exterior possível". Vemos que os Estados Unidos se olha no espelho do império romano.

Abertamente vêm preparando seus ataques preventivos e espera arrastar por detrás dessa política os demais países.

Há que se afirmar na política que já chegou a hora de acabar com o imperialismo.

27/setembro/2002

## A luta contra a preparação da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque é inseparável do apoio incondicional a este último país

Bush acredita que a efetivação de seu plano de converter-se em amo do mundo ajudará a tirar os Estados Unidos da atual crise que suporta.

Não podemos deixar enganar pelas manobras que dão os organismos internacionais, sob o pretexto de encontrar uma "via pacífica" para materializar as

exigências de Bush.

Não se pode aceitar que os organismos internacionais vigiem acerca de tudo o que se faz o governo do Iraque em matéria de armamentos etc.

O pouco que se pode exigir é o respeito irrestrito de todas as potências ao di-

reito de autodeterminação em favor de todos os países.

Cabe ao internacionalismo proletário dirigir a luta contra a política reacionária e assassina do imperialismo norte-americano.

4/outubro de 2002